

Melo Antunes na descolonização de S. Tomé

Uma DSA descolou-se, assim se revelou de Coimbra...

Empréstimo americano a Portugal

PORTUGAL recebe o primeiro empréstimo de 50 milhões...

Empresa pública para o comércio com o Leste

UMA nova entidade, criada de novo para assumir a gestão...

O embaixador do Brasil vai deixar Lisboa?

UMA possível mudança de embaixador - a Fundação portuguesa...

Vera Jardim na RDA e Checoslováquia

UMA jornalista portuguesa esteve durante alguns dias...

Cinquenta e oito padres do Porto pedem renúncia imediata do vigário-geral castrense

OS 58 padres portugueses e 100 padres de Itália e França...

Conselho de Ministros

OS 22 membros do Conselho de Ministros vão reunir-se...

Linhas gerais do programa económico dentro de 15 dias

AS primeiras linhas gerais do programa económico...

Victor Alves na Europa explica a situação em Portugal

A ANUNCIAR a situação política e económica em Portugal...

nas reuniões realizadas em Bruxelas...

Marcelo Caetano faz no seu livro a defesa obstinada da sua política e dos seus colaboradores

UMA obra polémica e polémica de Marcelo Caetano...

uma obra polémica e polémica de Marcelo Caetano...

uma obra polémica e polémica de Marcelo Caetano...

O problema das eleições à superfície dos bastidores da conjuntura política nacional debatido em mesa redonda no 'EXPRESSO'... Foto: 17



Com o 'Folhinha dos Desportos' reuniram-se muitos jovens para comemorar...

Tentativas de travar remessas dos emigrantes portugueses

AS autoridades portuguesas tentam travar a saída...

OMEGA COSMIC 2000. Um novo conceito em relógios impermeáveis. OMEGA tem a confiança do Mundo.

24 horas

em notícia

Melo Antunes na descolonização de S. Tomé

UMA DAS decisões tomadas, durante as reuniões da Comissão de Descolonização realizadas esta semana, foi a do início, para "muito breve, de negociações com vista à independência de S. Tomé e Príncipe.

Para o efeito, realizar-se-ão em Lisboa conversações entre dirigentes do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) e uma comissão (da qual fará parte, muito provavelmente, o ministro sem pasta, major Melo Antunes) a nomear pela Comissão de Descolonização.

Empréstimo americano a Portugal

CONFIRMA-SE a notícia do empréstimo de 100 milhões de dólares a Portugal, por parte de um consórcio privado americano.

O empréstimo, que terá um prazo de 7 ou 8 anos, teria sido negociado por representantes do Banco Borges & Irmão, depois da reunião do F. M. I. (Ver pag. 2)

Empresa pública para o comércio com o Leste

ESTA EM estudo a criação de mais uma empresa pública de relações comerciais com o exterior. Para além do já existente Fundo de Fomento de Exportação pensa-se agora em criar uma empresa estatal que fomenta as relações comerciais entre Portugal e os países do Leste.

O embaixador do Brasil vai deixar Lisboa?

IDO NOSSO enviado à Jugoslávia — Fontes seguras referem em Belgrado a próxima saída do embaixador do Brasil em Lisboa, Carlos Postoura, prevista para fins de Novembro e para assumir altas funções no Terceiro Exército Brasileiro, com comando em Porto Alegre.

Vera Jardim na RDA e Checoslováquia

EM PROSSEGUIMENTO da sua viagem pelos países do Leste, o Secretário de Estado do Comércio Externo, dr. Vera Jardim, irá durante o mês de Novembro à República Democrática Alemã e à Checoslováquia.

Cinquenta e oito padres do Porto, pedem renúncia imediate do vigário-geral castrense

JÁ FOI libertado e regressou à sua paróquia, em Baião, o padre Manuel Joaquim Ribeiro, que havia sido detido pelas autoridades militares por se encontrar na situação de refectário (EXPRESSO de 12 de Outubro).

A propósito deste caso que teve larga repercussão nos meios sacerdotais, 58 padres da diocese do Porto enviaram a todos os bispos portugueses uma carta em que historiavam as diferentes fases da detenção do padre Ribeiro e pediam providências urgentes. Lê-se a certo passo dessa carta, a título de reivindicações:

"Que o senhor bispo vigário-geral castrense, D. António dos Reis Rodrigues, principal responsável por todo este estado de coisas, renuncie imediatamente ao seu cargo, por o considerarmos irrepercutível para a função; que o Vicariato Castrense, numa Igreja que se quer sem peias (é sobretudo se elas revestem a forma de privilégios) seja para sempre abolido; a população militar e os quartéis integram-se-iam na pastoral da Igreja onde estão."

Conselho de Ministros

EM REUNIÃO do Conselho de Ministros sob presidência do brigadeiro Vasco Gonçalves, o governo apreciou ontem em S. Bento vários assuntos relativos ao problema da habitação, e debateu o plano de actividades do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

Entre os diplomas legais ontem aprovados figuram os que definem as modalidades de auxílio às cooperativas de habitação de interesse social; a alteração de vários artigos do regulamento de transportes em automóveis; a criação de uma comissão coordenadora de assuntos relativos ao movimento de fronteiras e permanência de estrangeiros; a alteração da legislação relativa ao Fundo de Turismo e ainda a alteração de alguns artigos do decreto-lei 40 780, de 8 de Setembro de 1958 e do Estatuto Judiciário.

O MFA e a política

DESDE O 25 de Abril, o MFA tem, inegavelmente, por mérito próprio, um papel político relevante na vida portuguesa. O pronunciamento militar foi de sua iniciativa, risco e responsabilidade. O seu Programa é o nosso principal texto constitucional. As instituições que nos governam são as que foram criadas por esse Programa. Os objectivos essenciais do novo regime — democratização e descolonização — foram apontados, desde o início, pelo MFA.

Desde o início, também, o MFA obteve a adesão espontânea e participante da esmagadora maioria do povo Português. A aliança das forças populares com o MFA tem sido posta à prova várias vezes, mas nunca foi desmentida e acontecimentos diversos demonstram que ela é válida, necessária e difícil de destruir.

Não é, no entanto, possível ignorar que o papel político do MFA tem evoluído, no decurso dos seis meses que já passaram desde o 25 de Abril. Até à queda do Governo Palma Carlos, o MFA pairou acima da política quotidiana. A sua principal preocupação era o arranque das mudanças que se impunham na sociedade portuguesa, o cumprimento das medidas a curto prazo estabelecidas no seu Programa.

O MFA intervinha, é certo, nas tomadas de decisão, através dos seus representantes no Conselho de Estado e da actividade da Comissão Coordenadora. Mas tudo se passava num quase anonimato. Nomes como os de Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vitor Crespo, Vitor Alves ou Costa Martins eram desconhecidos do grande público. No Governo Provisório apenas um ministro, o da Defesa, era militar e mesmo esse pouco aparecia. O Presidente da República, os membros da Junta e do Governo Provisório Civil (como consta do Programa) detinham as honras das primeiras páginas dos jornais e dos noticiários da Rádio e da Televisão, enquanto os homens do MFA permaneciam na penumbra.

Oposição

Com a tomada de posse do segundo Governo Provisório, a situação alterou-se. O MFA entrou em força para o executivo. Os actos e decisões dos seus membros passaram a ter publicidade e a personalizar-se (e, como quaisquer actos de quaisquer governantes, a ser susceptíveis de crítica ou de aplauso).

Revelou-se então, claramente, a oposição entre o sector mais forte, mais unido, mais politizado e mais activo do MFA e o Presidente da República. Quer a propósito da descolonização (relembrem-se as diferenças entre os casos de Moçambique, em que Melo Antunes tem uma influência preponderante e que culmina com a nomeação de Vitor Crespo para Alto Comissário, e de Angola, em que Spínola, depois de conversar, apenas acompanhado de Firmino Miguel, com Mobutu, assume a chefia exclusiva do processo), quer a respeito de questões internas (recordem-se as insistências frustradas de Spínola quanto à declaração de estado de sítio), a divergência de posições era nítida.

Atravessou-se nessa altura uma fase difícil, derivada de uma persistente indeterminação acerca de quem detinha efectivamente o poder, até porque o MFA parecia dividido em três facções: uma de sinal mais esquerdista, as outras duas moderadas, sendo uma spinolista e a outra não.

Da penumbra às luzes da ribalta

O 28 de Setembro, a saída de Spínola, a entrada de Costa Gomes e a tomada de posse do terceiro Governo Provisório, provam que o MFA saiu vencedor da luta política travada durante o Verão. E, além disso, que saiu bastante mais unificado e que encontrou um Presidente da República com quem quer trabalhar e com quem gosta de trabalhar.

(Abra-se aqui um parêntesis para salientar a posição de Costa Gomes. O actual Presidente da República teve acção preponderante na vitória do MFA. O seu papel não é de espectador, mas de detentor efectivo de poder).

Da penumbra dos primeiros tempos às luzes da ribalta seis meses depois, a trajectória política do MFA sofreu, portanto, uma aceleração indiscutível. Respeitando e obedecendo a Costa Gomes, mas sabendo-o aliado e não opositor, o MFA tem uma intervenção política cada vez maior na governação do País. Na Comunicação Social, no Trabalho, Na descolonização. Na política externa, onde são raras as missões onde não figure em lugar de destaque dos seus elementos (Vitor Alves na Alemanha e na França, Melo Antunes nos países árabes, Conceição Silva com Cunhal na União Soviética). E, também, na economia: o grupo de trabalho que o Conselho de Ministros decidiu criar para a elaboração de um programa de emergência é chefiado por Melo Antunes.

Voltar para os quartéis?

Parará toda esta actividade, de um momento para o outro, quando tivermos uma Constituição e se proceder às eleições para a Assembleia Legislativa? Ou o ritmo adquirido é tão vivo que a actuação política do MFA se prolongará para além dos prazos previstos no seu próprio Programa?

É impossível responder, em termos políticos, a estas perguntas. Se muitos membros activos do MFA continuam a dizer que voltarão para os quartéis logo que o país escolher livremente o seu destino, determinados factos parecem querer contrariar essas intenções (ou, pelo menos, convidar a prolongar o cumprimento da missão). Sem falar já da referência expressa de Alvaro Cunhal, no seu discurso aos congressistas do PCP, no domingo passado, acerca do estabelecimento de «um processo que permita ao Movimento das Forças Armadas ter (na Assembleia Constituinte) e se o desejar eleitos seus, o programa económico de emergência é um exemplo evidente.

Para poder ser eficaz, esse programa tem de aplicar-se, seguidamente, durante dois ou três anos, e ultrapassará largamente o período eleitoral, por mais dilatado que este seja. Sendo assim, os partidos com vocação eleitoral têm de se comprometer, desde já, a cumpri-lo. Quem melhor que o MFA para assegurar que tal compromisso será respeitado?

Para além das imposições que possam resultar dos condicionalismos económicos, numa época de crise mundial, há ainda que considerar os aspectos puramente militares: a não identificação completa entre o MFA e as Forças Armadas em geral, o regresso das tropas de África, a posição específica de certas forças, como o COPCON, a procura da unidade total dentro do MFA. Tudo isto, claro, não funciona em compartimento estanque e é indissociável não apenas das opções políticas de cada um e de todos, mas também das posições sociais entretanto adquiridas.

Voltarão os militares para os quartéis? Quererão fazê-lo? Deverão fazê-lo? Poderão fazê-lo?

Trata-se de questão da maior importância para o futuro de Portugal. Todos, civis e militares, temos consciência disso. Todos, militares e civis, sobre ela necessitamos meditar. Todos, em trabalho de conjunto, precisamos encontrar para ela a melhor solução.

Para que se não quebre uma das coisas mais belas e importantes que nos trouxe o 25 de Abril: a união entre o Povo Português e os seus soldados.

O fim do spinolismo

César Oliveira

1.º O MOVIMENTO das Forças Armadas abriu em 25 de Abril de 1974 um processo que não se tem esgotado nem nas tentativas direitistas de travarem toda a dinâmica criada pela movimentação de massas dos primeiros tempos a seguir à derrocada do fascismo nem no cumprimento escrupuloso e demorético do Programa do M. F. A.

A luta política em Portugal tem conhecido não apenas a ambiguidade aberta pelas várias interpretações possíveis do texto programático fundamental mas a resistência, nem sempre bem conseguida, do M. F. A. em ser um instrumento ao serviço de um capitalismo "democrático" e à "européia".

A crise Palma Carlos mais não foi que uma tentativa, felizmente abortada, de golpe de Estado Constitucionalista a que o M. F. A. soube responder com decisão acabando por "comprometer-se" num poder democrático que, para se exercer, necessita da repressão à luta dos trabalhadores.

A figura e a legenda democrática do general António de Spínola, altamente comprometido, na prática política com o ministro "dependente" Vieira de Almeida e com o "líder" democrático Sá Carneiro, encontram na isenção política de Palma Carlos a eventualidade de uma manobra que acabaria por consolidar o poder do capital financeiro conduzindo, por essa via, à reorganização política das forças direitistas e reacionárias ao serviço do capitalismo.

O M. F. A. no entanto respondeu ao golpe institucionalizando-se indirectamente, isto é fazendo preencher alguns ministérios com militares seus representantes.

Vieira de Almeida, Palma Carlos e Sá Carneiro saíram. O general Spínola ficou e continuou a "mesar".

A burguesia capitalista abreia-se uma perspectiva aliciante: a de utilizar o M. F. A., ainda que indirectamente, como instrumento da repressão aos trabalhadores na mira de cavar um fosso entre estes e as F. A., abrindo, assim, maior espaço político às manobras do spinolismo que, entretanto, permanecerá intacta como força política instalada nos centros vitais do poder.

A T. A. P., a LISNAVE, o Jornal do Comércio, a lei sobre o direito à greve são outras tantas medidas a que conduziu quer o compromisso

político está obsoleto quer o resultado das manobras das forças capitalistas instaladas em Belém mas prolongadas em S. Bento.

O ar "triumfante e vencedor" com que o general Spínola surge a encabeçar, aos fins de Julho, a fase final do processo de descolonização correspondia não apenas à necessidade de recuperar publicamente um prestígio enorme mas abalado por "zums-zums" que não conseguiram abalar a tempo como também à necessidade de "mascarar" as derrotas que, no terreno muito concreto e decisivo das colónias portuguesas, os movimentos de libertação iam vibrando nas hipóteses de nacionalismo.

Apesar desta meridiana evidência aclamou-se o general Spínola, agradeceu-se a iniciativa que, porventura, ser um novo Bonaparte-De Gaulle à escala portuguesa, mais não era, como conta agora o Brigadeiro Saraiva de Carvalho, do que o anfitrião acolhedor da "alta finança". Infim o oportunismo político, o desejo de não assustar uma burguesia incapaz já madura, e a miopia política comprometeram, mais uma vez, a necessidade de dizer a verdade e de não mistificar o povo português. A hora chegou de mostrar a legenda do general Spínola?

Recapitulando

2. Em Agosto e Setembro, ao mesmo tempo que se militarizava a T. A. P. (quem detentou esta outra miopia política?) e se impediu o saneamento nos Ministérios, nas Forças Armadas, no Jornal do Comércio e na LISNAVE, constavam boatos sobre tentativas de militares spinolistas para acabarem com o M. F. A., enviava-se o Almirante Rosa Cossinho para Angola, o Vice-Almirante Vítor Crespo para Moçambique.

Fez-se a independência da Guiné e os acordos de Lusaka, mas internamente sem uma medida anti-monopolista se tomou, nem se avuçaram concretizações tendentes à melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. Com a onda dos despedimentos a alisar cada vez mais, a legislação positiva às falhas falhadas e ao abandono das empresas ficou no tinteiro da "consolidação da democracia", entretanto a lei da greve era publicada na completa ignorância do que era realmente a realidade da luta das classes tra-

balhadoras que não reconheciam nas manobras capitalistas dos dirigentes sindicais, a maioria dos não-legitimados por eleições, representatividade suficiente para aconselharem calma e ponderação a quem foi reprimido e barbaramente espiado durante 48 anos.

Entretanto e perante isto a reacção e a burguesia capitalista organizavam-se: campanha anti-comunista e anti-democrática nas "folhas de provincia", homílias hábeis e astutas dum clero empedernido e guloso de completar a exploração e o embrutecimento, assaltos a bancos, publicação de jornais como o "Tempo Novo", "Tribuna Popular", etc...

Foi assim criado o clima para a montagem de grande manifestação da que viria a ser conhecida como "março silencioso" que, reforçada pelo discurso do general Spínola de 10 de Setembro (que diversos partidos democráticos aplaudiram) ganhou maior e mais amplo campo para as suas certezas e engrelosas manobras.

3. Não importa agora recordar os aspectos meramente factuais dos acontecimentos ocorridos desde meados de Setembro até ao dia 1 de Outubro em que Spínola renunciou, muito publicamente, à presidência da República.

Importa sim perceber a verdadeira natureza dos acontecimentos que levaram não apenas à renúncia do general António de Spínola mas também à de três outros generais, estas compulsivas porventura mais direitistas e mesquinhas mas aqui certamente por falta de qualidade e pábulo. Mas perceber a verdadeira natureza de todos estes acontecimentos que, desembarcando o poder das mãos mais directas da capital, abriram caminho a soluções económicas e políticas mais progressistas dentro do próprio espírito do Programa do M. F. A., exige a precisão de certas manobras e o encadeir de certos factos a que não se tem, infelizmente, ainda acesso, apesar das revelações corajosas dessa figura de determinação revolucionária que é Otelo Saraiva de Carvalho.

No entanto parecem ser pontos muito assentes os seguintes:

a) Estava anunciada uma manifestação da maioria silenciosa de apoio ao general Spínola e contra os "extremistas".

b) O general Spínola foi detidamente aclamado no Campo Pe-

quero por uma multidão que englobava militantes armados de matracas, punhas de ferro e bastões (como se viu à saída) enquanto Vasco Gonçalves era apugado e insultado perante o estranho e incompreensível silêncio do Presidente da República, agora renunciado.

c) Sanechos Osório em nome do Governo Provisório autoriza a manifestação enquanto Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves estavam retidos em Belém.

d) São presas largas dezenas de indivíduos ligados a formações políticas da extrema direita, a que já deviam estar detidos desde 25 de Abril, porque a maioria é tão perigosa como os dactilógrafos e motoristas da ex-Páe/D. G. S.

e) A G. N. R. e a P. S. P. movimento-am-s.

f) Há alarmes no MES, na C DE/MDP, no PSP, etc., que fazem prever entre as 3 e as 6 da madrugada de sábado um golpe reaccionário de tipo chileno.

g) São passadas buscas a diversas instalações e aí encontram-se papelada comprometedora, capacetes, garrafas para cocktails Molotov, listas de uma eventual distribuição de armas, etc.

Estes são alguns factos fundamentais até agora apurados mas que de facto não fazem avançar na caracterização e definição dos acontecimentos.

Non obstante duas hipóteses explicativas são ainda possíveis:

Hipótese A — Preparava-se de facto uma lastimosa armada ao serviço da reacção e do capitalismo que visava a eliminação da esquerda e a entrega do poder ao general António de Spínola. Para tanto existiram grupos armados de civis, contat-se-ia com a influência em meios militares reaccionários de certos e "retirados" generais fascistas e uma manifestação montada para funcionar como girândola final de apoteose do triunfo sobre as forças de esquerda.

Hipótese B — O general António de Spínola na presença de uma grande manifestação aparentemente spínolista entendeu, quando as barricadas e as movimentações das massas populares se iniciaram dar o seu próprio golpe, falhado em Junho, Julho e Agosto e, liquidando a esquerda, reforçar o seu poder pessoal, construindo um poder autoritário mas "democrático" para o qual

certamente chamaria de novo Sá Carneiro, Vasco Vieira de Almeida e promoveria Freitas do Amaral, Xavier Pintado e outros.

A presença em Belém de Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho, as ameaças de imposição do "estado de sítio", as movimentações da P. S. P., da G. N. R., o silêncio da R. K. e do R. C. P., acompanhados pela notável clássica da Emisora Nacional parecem ser factos a reforçar esta eventualidade.

As duas hipóteses levariam por processos diferentes a um mesmo resultado: a liquidação da esquerda e o reforço do poder autoritário centrado na figura do ex-Presidente da República.

Aconteceu porém que, desta vez, o general Spínola não continuou e saiu, não pela direita baixa como no tratado, mas pelas câmaras da R. T. P., através da sua figura abalada e triste que profetiza palavras de repassada angústia e preocupação quanto aos destinos democráticos deste povo, desta economia capitalista, deste processo de "descolonização desvirtuada".

Trave-se o spínolismo

4. Mas se o general Spínola saiu do poder, todas as condições económicas que permitiram o spínolismo se mantêm e, a manterem-se, permitirão, como em 1926, o advento triunfante de um novo Messias encarregado pela Providência Divina de salvar Portugal das garras tentaculares do comunismo internacional. Em 1926 o "Messias" surgiu vestido de negro na figura jesuíta e fascista do Dr. Salazar; daqui a uns tempos poderá surgir, com a voz por certo menos adocicada, com outras vestes mais luzidas e brilhantes e ligeiramente mais democráticas.

É isto porque o spínolismo é de facto a possibilidade de continuação do poder do capitalismo e sobretudo da dominação do capital financeiro. Porque o spínolismo cresce e amadurece na ausência de claras medidas anticapitalistas que, destruído de vez as bases económicas, sociais e culturais em que se apoiava o fascismo, permitam liquidar a capacidade de manobras do espíto spínolista aliado ao imperialismo. Porque o spínolismo é de facto permitido pela ignorância das massas populares despolitizadas do interior do país às quais é necessário,

agora, criar condições para a reflexão política e para uma vida com mais ragados horizontes: aqui a informação, o esclarecimento e a discussão deverão acompanhar o início da Reforma Agrária e a criação, com apoios e ajudas financeiras, de Cooperativas Agrícolas de Produção. É isto porque o spínolismo cresce e ganha campo de manobra se não se tiveram os despedimentos, se não se fez pagar ao capitalismo a sua própria crise. Porque de facto o spínolismo é a melhor garantia para a continuação da exploração capitalista.

O spínolismo é, no fundo, um sistema político autoritário que concedendo uma certa massiva democratização às forças políticas "apagadas", é apoiado pelo capitalismo esclarecido que, a custa de novas formas de exploração que incluem desde a racionalização e automação da produção, os sindicatos de "base", os filios "militicosos", as listas pagas depois de um ano de trabalho exaustivo e alienante até ao processo eleitoral fictício e a sua significação real para as massas trabalhadoras.

5. Os acontecimentos de 28 de Setembro afastaram, qualquer que fosse a sua natureza, um dos mais sérios obstáculos a uma interpretação claramente progressista do Programa do M. F. A. que inclui, como única saída consequente, o acelerar da iniciativa pública, a liquidação das manobras do capital financeiro, a reforma agrária, uma nova política fiscal, a dar corpo institucionalizado à capacidade de iniciativa das massas populares em que se refere ao controlo de preços, ao saneamento, à luta contra o custo de vida, etc.

Ou se destróiem as bases onde o fascismo assentava ou se lhe caminho ao general De Gaulle, porém, ao general Spínola que, não sendo Dr. Gaulle, lançada o regime autoritário, repressivo e que liquidará definitivamente as possibilidades de avanço, através de uma necessária fase de transição, para um socialismo adequado à realidade concreta da sociedade portuguesa. O fascismo em torso de Spínola é improvável porque tal solução não será conveniente às forças capitalistas que o apoiaram, e apoiam que porque o tempo, apesar dos desejos do fadista, não volta para trás.

CÉSAR OLIVEIRA

Mesa redonda no "EXPRESSO"



O PROBLEMA DAS ELEIÇÕES À SUPERFÍCIE DOS BASTIDORES DA CONJUNTURA POLÍTICA

O PROCESSO político português balisado actualmente pelo Programa do M.F.A. encaminha-se para as eleições de Março de que os militares fazem ponto de honra. As eleições, por sua vez, podem ser ou não o coroamento de um caminho democrático, que tire o país do provisório necessário para o definitivo, em termos de relatividade exigida pelo próprio fluir da vida nacional. As eleições, são, por conseguinte, enquanto avaliadas em Outubro de 1974, um sintoma e enquanto sintoma, significativas do clima interior que corre nas entranhas mais profundas do país, aquelas entranhas que condicionam os fenómenos de superfície, quais carris por onde, quase forçosamente, desliza o comboio das vidas de todos os portugueses.

Foi por isso que o EXPRESSO reuniu, na sua redacção, o prof. Miller Guerra e os drs. Gilberto Lindim Ramos, Jorge Sampaio, Rui Machete e Mário Sottomayor Cardia, para analisarem a conjuntura nacional à luz da problemática das eleições. São nomes por demais conhecidos dos leitores para necessitarem de apresentação. Todos eles com posições políticas já tornadas públicas, acederam a discutir, em conjunto, precisando que o faziam em nome individual e não como representantes de formações políticas. A mesa redonda foi gravada ainda antes de ser conhecido o projecto de lei eleitoral e antes também da realização do Congresso do Partido Comunista. Mas deixámos, mesmo assim, duas perguntas que podem parecer desactualizadas.

Foi moderador, pelo EXPRESSO, Augusto de Carvalho.

Características da lei eleitoral

AUGUSTO DE CARVALHO — É que é que se espera de uma lei eleitoral para que os partidos possam funcionar em esquema eleitoral e que espécie de jogo eleitoral será de descajar para o meu país?

JORGE SAMPAIO — Para a sua pergunta, era conveniente vir alguém que aqui esteja e nos possa dizer que lei eleitoral está a preparar.

MÁRIO CARDIA — A lei que regulará o funcionamento dos partidos não é a lei eleitoral mas sim os partidos políticos.

AUGUSTO DE CARVALHO — É que lei eleitoral seria de descajar a responder aos interesses de uma democracia pluripartidária?

MÁRIO CARDIA — Em meu andar o projecto da lei eleitoral poderá ter sido discutido publicamente. Como não foi, não é subterfúgio. Penso que deverá ser a lei que introduza o voto aos 18

anos, assegure um regime de representação proporcional sem pulverização partidária e uma disciplina da campanha em termos de limitar a intervenção do poder económico na opção dos eleitores. Um dos vícios da democracia política em sociedade burguesa, é precisamente o peso que o poder económico exerce na formação desta vontade. Contudo, pode haver medidas que disciplinem a campanha, de modo a tornar mais difícil essa intervenção, nomeadamente no que diz respeito a despesas, modalidades de financiamentos, repartição dos tempos na televisão, na rádio, entre nos jornais. **AUGUSTO DE CARVALHO**, — Mas a maior parte dos jornais são propriedade privada...

MÁRIO CARDIA — Mas podem-se adoptar disposições que também restrinjam, nesse domínio, o direito de recorrer da propriedade privada.



Jorge Sampaio
(Esquerda Socialista)



Mário Cardia
(P. S.)

O problema das eleições

JORGE SAMPAIO — A grande coisa que hoje se formula, quer seja quer externamente, reside em saber se vai ou não haver eleições (é mais o exterior que regista) e, por outro lado, há coisas que se interrogam sobre se é que há de mais correcto no meio actual da sociedade portuguesa. Há quem se interrogue não se determinadas medidas não são de introduzir, sem prejuízo de outra eleitoral, para assegurar as condições do 25 de Abril. O programa do Movimento das Forças Armadas estipula a realização das eleições numa determinada data de que vem, e sobre isso é mesmo. Também se sabe que, por não serem parâmetros burocráticos e de forma legal, mesmo que as eleições se realizem na data marcada é pelo menos fundamental ter uma mudança ao nível dos mecanismos e de tudo o mais nas eleições implicam, o que é extremamente difícil de fazer em tão pouco tempo, porque é saber se no contexto da realidade portuguesa, tal como ela está neste momento, as realizações do programa do MFA se poderão considerar suficientemente firmes

para permitir uma consulta que seja de facto minimamente representativa, o que se liga intimamente às formas de expressão das classes desfavorecidas, para não utilizar uma expressão mais forte. Julgo, pois, que tudo está em responder a questões fundamentais, por exemplo: quanto à descolonização, quanto aos avanços que me parecem indispensáveis e imprescindíveis que se realizem no domínio das indicações extremamente claras que o programa dá quanto a política antimonopolista e quanto a uma política progressiva a favor das classes trabalhadoras. Parece-me que fazer eleições que neste momento representariam uma forma de legitimação clássica para um determinado desequilíbrio social, é pelo menos, arriscado, num momento em que algumas dessas realizações fundamentais e imprescindíveis não estão a caminhar. Corremos o risco de perder algumas conquistas fundamentais do 25 de Abril.

AUGUSTO DE CARVALHO — Podermos concluir do que acaba de dizer que as eleições em Março são

prematuras ou põe o problema não ao nível de tempo mas de eleições mesmo?

JORGE SAMPAIO — Não penso o problema ao nível de eleições, embora não entre agora no problema das eleições como agente de transformação social, que não são. Penso o problema ao nível de tempo e porque me parece que, perante a crise que atravessa a burguesia portuguesa (estão em conta a sua tradicional e conhecida capacidade de recuperação) e dada a posição particular que ocupamos na periferia dum sistema económico, as forças progressistas poderão estar a dar-lhe em Março de 1975, aos seus adversários de sempre, uma oportunidade de recuperação que poderá desembocar, a curto prazo, numa forma de autoritarismo. É isto porque não acredito que um sistema parlamentar clássico, nas condições da sociedade portuguesa actual, tenha a viabilidade de romper com os desequilíbrios fundamentais deste país e contribuir para a emancipação dos trabalhadores.

GILBERTO RAMOS — O problema das eleições neste momento não é um problema fundamental. Eu penso que as eleições deverão realizar-se, mas antes de nos preocuparmos com a sua realização e com a forma como elas vão decorrer, devemos preocuparmo-nos com questões muito mais actuais, como seja, o aproveitamento da derrota da reacção de 28 de Setembro, o consolidar as conquistas democráticas e tentar o cumprimento do programa do MFA em todo o seu conteúdo progressivo. Parece-me que isto é que irá, se conseguirmos fazê-lo, criar as condições para a realização das eleições em que para além da liberdade de voto, as pessoas tenham aquele mínimo de cons-



Gilberto Ramos
(M.D.P./C.D.E.)

ciência política que lhes permita escolher electicamente.

AUGUSTO DE CARVALHO — Parece-lhe que em Março o povo português estará suficientemente maduro para poder votar sem que a democracia corra perigo?

GILBERTO RAMOS — Sobre isso diria que ainda não penso o suficiente para poder responder e penso que só daqui a mais algum tempo a resposta será possível, no pelo menos só daqui a mais algum tempo se poderá prever. Ainda estamos numa fase de transição em que julgo que não sabemos até que ponto seremos capazes de aproveitar esta crise política para derrota a reacção e para consolidar a democracia e, portanto, para lançar as bases que permitam a realização dessas eleições. O conseguir-se isso até Março ou não, dependerá de um conjunto de circunstâncias que irão desenvolver-se nestes meses que se vão seguir.

Março em questão

MILLER GUERRA — Se entendi bem o que acabo de ouvir, põe-se em dúvida, e o Jorge Sampaio com mais clareza, a possibilidade de se fazer eleições em Março, com fundamento em dois argumentos: o primeiro, é que as reformas de carácter social que constam do Programa do MFA, ainda não devem ter tido tempo de ser executadas. E, por consequência, as classes trabalhadoras (as classes desfavorecidas) não estarão ainda em condições de poder exercer o seu direito de voto plenamente. Outro aspecto da questão ligado com este é o seguinte: parece que uma parte da população não estaria ainda em Março, consciente dos seus direitos e dos seus deveres de cidadão democrático. Trata-se, portanto, de exercer uma certa pedagogia política do oprimido até às eleições.

Andando um pouco mais, direi, como se afirmava no tempo do antigo regime, que o povo não está preparado. Agora, com sinal contrário, voltaríamos ao mesmo ponto. O povo não estava preparado no antigo regime, o povo continua a não estar preparado no actual.

Acerto ou não os argumentos, mas gostaria de saber se alguém vai demorar a execução das reformas? Quanto tempo é que vai demorar esta pedagogia? Este é um ponto essencial para continuar a discussão.

GILBERTO RAMOS — O ponto que eu ponho não é o de estar a pensar desde já, se se podem ou não realizar eleições em Março. Penso que devemos centrar todos os esforços, neste momento, numa tarefa muito concreta, e que será desta tarefa que resultará a possibilidade de realizar eleições, aceitando, perfeitamente, que possam vir a ser efectuadas em Março, embora aceite também que a evolução dos acontecimentos nos possam levar à conclusão de que a realização das eleições nessa altura encontrará ainda boa parte da população sobre o domínio das forças reacconárias, o que torna extremamente difícil a manifestação da sua vontade numa forma correcta.

MÁRIO CARDIA — Então, volto ao mesmo ponto: o que se debate, no fim de contas aqui, é que as forças reacconárias ou as direitas, ainda serão suficientemente poderosas para ganhar as eleições em Março. Por circunstâncias de carácter sociológico, educacional, económico, etc.



Miller Guerra
(Não alinhado)

provavelmente terão mais possibilidades de vencer do que as forças progressistas. Será isso?

O papel das forças reacconárias

GILBERTO RAMOS — Julgo que, neste momento, o problema que se põe, é que as forças reacconárias certamente voltarão a tentar impedir a realização de eleições. Presso que continua a haver hipóteses de novas tentativas reacconárias para voltar a um regime de ditadura de tipo fascista. Por isso, o fundamental, neste momento, não é discutir, nem preparar eleições, mas consolidar a democracia, combater firmemente a reacção, de forma a evitar que ela possa, através de golpes de força, voltar a uma situação de domínio da sociedade portuguesa.

MILLER GUERRA — O que me parece é que quem tem mais interesse que as eleições se realizem depressa, são, justamente, os conservadores, os reacconários, as direitas. Vide, no primeiro governo, o que nos raios da saída do primeiro-ministro foi o desejo de antecipar as eleições.

GILBERTO RAMOS — Antecipar as eleições para a Presidência da República, onde automaticamente não haveria uma eleição, mas um plebiscito é atrasar, segundo julgo, as eleições para a Assembleia Constituinte, quase dois anos.

Os riscos do jogo eleitoral

RUI MACHETE — Julgo que esta é uma questão extremamente importante, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático. Na verdade, ao contrário do que já foi aqui referido, julgo que o problema de haver ou não haver eleições e da data em que se realizam, condiciona efectivamente, e desde já, toda a estratégia dos Partidos e mais ainda condiciona o desenrolar do processo político em Portugal.

O MFA, desde logo no início por ter sido, não aproveitou a legitimidade revolucionária, para se considerar credenciado a introduzir reformas de fundo. A opção que seguiu foi a clássica, de admitir um período provisório, apenas necessário a uma consolidação de aspectos fundamentais e a possibilitar a gestão da sociedade, que permitisse a realização de eleições em Março, eleições que se destinam a uma assembleia constituinte. Não se trata de eleger o Presidente da República, nem de definir quais são os órgãos constitucionais, mas dentro de um espírito classicamente democrático, entende-se que ao povo e a ele, através do processo habitual e tradicional, das eleições que não é apenas burguês, sublinhe-se, cabia definir qual a estrutura constitucional que desjaria vir consagrada no novo país. Esse ponto é extraordinariamente importante no que respeita às intenções do Movimento das Forças Armadas e que muito o honra. É evidente que o Jorge Sampaio põe um problema que eu também sinto e que é grave:

é que efectivamente a situação que as forças progressistas pretendem realizar neste país, corre riscos de não ser plenamente consagrada quanto se desjaria nas eleições. Mas aqui há um problema que não podemos esquecer: é que aceitarmos o jogo democrático significa correr o risco de não ver realizado o projecto político que pretendemos ver consagrado. Significa, também, aceitar inclusivamente o risco de o ver totalmente rejeitado. Se, por um desejo inconsciente de vêmos vencer as nossas pretensões não queremos correr esse risco, temos de encarar as coisas de uma outra perspectiva totalmente diferente e necessariamente antidemocrática. Não queria deixar de sublinhar que esta perspectiva tem longas raízes históricas de que o despositivo iluminado constitui um claro exemplo, mas que constitui um perigo real que nós devemos preocuparmo-nos em não correr. Temos que aceitar o risco de não



Rui Machete
(director do "Povo Livre",
dirigido do P.P.D.)

andar tão depressa, ou de vermos as nossas pretensões em parte comprometidas numa determinada etapa histórica, para respeitarmos efectivamente o jogo democrático. Aceito, como foi sublinhado pelo Sotomayor Cardia, que deve mudar-se esse jogo democrático de cauteles, para evitar não só que o capital possa ter um papel preponderante, como eventualmente outras determinadas situações de vantagem ganhas em determinado momento e que não obedeceram ao jogo democrático, possam fazer a captura da vontade popular. Desta alternativa não há que sair: ou corremos o risco e aceitamos o jogo democrático, ou pretendemos jogar lealmente pelo seguro, mas então de algum modo, voltamos a repetir fórmulas sob nomes diversos, chamando-se a não ditaduras do proletariado ou a outras classes, aquilo que pretendemos o despositivo iluminado. E sabemos que os perigos podem atenuar-se, prolongando este período provisório, o que dará às forças progressistas que, neste momento se encontram no governo, a possibilidade de preparar desta maneira mais clara as massas populares, a fim de se tornarem mais conscientes das suas intenções. Simplesmente, se não se marca uma data, escamoteia o problema de fundo que é o da realização das eleições, condição essencial ao processo democrático que iniciámos em Portugal. Admito, no entanto, que se possa discutir, por razões históricas, se é em Março ou em Outubro. O que nós podemos é viver na indeterminação. Há desde já que marcar uma data, e é já que consta do Programa do MFA.

O M. F. A.: uma força moral

MARIO CARDIA — Eu não tenho qualquer receio das eleições sem quanto ao fundo sem quanto à oportunidade.

Na vida das democracias, as eleições são momento capital. No caso português elas deverão ser um passo na institucionalização da própria democracia. Também não receio a inoportunidade: o país está a viver em ritmo acelerado em relação a determinado número de fenómenos e, por conseguinte, julgo que também o poderá viver em relação à consecução da democracia popular no sentido da democratização política e social. Não creio que a afirmação enfere de optimismo ingénuo.

As eleições realizam-se por imperativo do MFA, que é o grande histórico da democratização do país, tanto no plano político como no plano social. Assim, o MFA deverá dar a sua contribuição para que as eleições se realizem em condições de a democracia sair reforçada e não empunha. Isto evidentemente não pressupõe nenhuma intervenção do género das que referi há pouco o Rui Machado género despoismo ilustrado. Penso que se abre ao

país uma perspectiva de concretização rápida, em que o MFA tem uma palavra importante a dizer. O MFA não representa apenas uma força material, de poder armado: é também uma força política, uma força de grande prestígio no plano ideológico e no plano moral.

No fundamental, para que as eleições resultem na institucionalização da democracia e não no retorno a formas de poder conservador, importa que se introduzam imediatamente medidas de democratização na vida social. Importa que o Governo Provisório adopte, uma política coerentemente antimonopolista, de acordo com o previsto no programa do MFA.

Os acontecimentos de 28/30 de Setembro foram, no substancial, muito positivos. O Governo adquiriu a capacidade de gesto e assumiu as suas responsabilidades de poder. Até 28 de Setembro o Governo era vítima de uma obstrução sistemática. Desde 30 de Setembro o país tem na chefia do Estado uma proeminente figura de carácter e de militar que garante não só a via de uma democracia pluralista, mas condições de eficácia da acção governativa. Penso que a realização de um certo número de reformas poderá demonstrar ao povo português que a frente democrática, representada pelo MFA e pelos partidos da coligação, é capaz de levar o país

para uma nova fase da sua história. E é no êxito deste projecto que reside o essencial da certeza de que as eleições serão um passo decisivo na institucionalização da vida democrática, não só num plano político mas no plano das reformas de fundo que a sociedade portuguesa exige. O que é original no processo de democratização em Portugal é que não existirá democracia, no plano político, se simultaneamente não forem adoptadas medidas que revertirem a dominação social que se herdou, e superem o desenvolvimento introduzido pela incapacidade de iniciativa dos grandes grupos económicos.

As dificuldades da democracia ocidental

JORGE SAMPAIO — Ao ser lançado a questão não queria passar, de facto, por um anti-eleitoralista. Acho correcto que o Machete fale no jogo democrático, acho perfeitamente encantador que se jale na consolidação da democracia, tudo isto é muito bonito, só lembro que a alta burguesia portuguesa, classe dominante nos últimos 48 anos, com as suas mutações internas e sucessão de vários grupos, nunca se preocupou um zito sequer com quaisquer eleições, que fossem a legitimação democrática do poder. E isto por mais que a esquerda bramasse através das formas muito estúpidas que tinha ao seu dispor e que ia desde o panfleto clandestino ao bilhete granito para Casas...

Consolidar a democracia, pois concretiza: mas que democracia? Fazer o jogo democrático, mas que jogo? Preparar as massas populares só para a democracia formal? Acho

que o Prof. Miller Guerra cõcõcõ bem a questão, mas efectivamente não resolve o problema de saber se estão ou não preparadas. Para mim há questões fundamentais a que terá de ser dada resposta no período próximo.

O MFA e as forças armadas em geral (seria bom que cada vez mais estas duas expressões fossem sinónimos) consistem o garante de um certo avanço democrático, que passa basicamente pela diminuição das desigualdades flagrantes que existem em Portugal, e pelo fortalecimento da iniciativa popular, que inclui determinados sectores sociais e que vão desde o proletariado industrial, passando por certos sectores de serviço e do funcionalismo, até aos pequenos proprietários individuais, etc. Mas por detrás disso há efectivamente uma permanente e vivaz luta de classes, a que o próprio MFA vai estar cada vez mais atento, visto que

se vai agravar. A prossecução daquele conjunto de medidas que constitui o programa do MFA, aponta num sentido progressivo que é necessário desenvolver. Nas condições actuais da sociedade portuguesa, vejo com muita dificuldade, para não dizer impossibilidade, a institucionalização de uma democracia de carácter ocidental. Não é que eu não fosse capaz de achar isso muito agradável se existisse em Inglaterra, mas receio bem que a institucionalização — que seria sempre formal — a curto prazo, de uma tentativa ocidental, vá desembocar, como já aconteceu variadíssimas vezes e exactamente por causa das condições concretas de subequipamento das forças populares neste país, vá desaguar, diga, num autocratismo de direita que será ferozmente contra a solução das questões básicas da vida

Continua pág. 18

DUÍDAS SOBRE A DEMOCRATICIDADE DA DIREITA

Continuação pág. 17

portuguesa. Essas condições são essencialmente a democratização da base e não apenas a democratização do topo socialização (atenuação: meios de produção e plano, com controlo a todos os níveis) e a difusão da base.

A grande questão em aberto consiste em saber como as Forças Armadas poderão ser garantidas da institucionalização da verdadeira democracia, e o poder económico e político da classe dominante recupera, nuns casos, ou se realmente nosoutos. Julgo que a verdadeira democracia estará novamente em causa, e em perigo. Provavelmente achio que para assegurar a dinâmica progressiva do programa do MFA, e a necessidade da sua reactivação no mais curto espaço de tempo, têm de ser feitas reformas ínfimas, não há que ter medo da palavra que efectivamente preparem e apóiem — o espaço de intervenção popular. Só em fase acidental e imprevista do caminho para a verdadeira democratização das condições de trabalhadores e que me reflico, portanto, uma vez acordado o desequilíbrio das classes sociais, é que poderemos alisar, sem riscos de mais, para uma consulta.

Mas o problema de calendário eleitoral depende substancial e definitivamente das Forças Armadas. Há por isso que criar as condições reais para o avanço social numa altura popular (que não pode ser de sentido único).

Estamos a viver o momento único das grandes opções.

A crise da economia capitalista, nomeadamente europeia, parece-me ter sinais evidentes de agravamento, e estes não são as melhores condições para o desenvolvimento de um processo progressista e popular da democratização da vida portuguesa. Mas como não as podemos ignorar,

só há que as enfrentar. Por outro lado, há que considerar as condições da economia portuguesa, a reacção existente e o aumento do capitalismo português quanto a um projecto político que não seja a manutenção dos seus centros de poder e do seu inerente autoritarismo habituados a depender da extrema disponibilidade de uma mão-de-obra barata e sempre oprimida e ainda a nossa posição de dependência dos grandes centros internacionais do capitalismo, não permitem fáceis alternativas para a economia portuguesa.

Isto projecta-se também ao nível de compromissos internacionais, e portanto vamos ter que nos habitar (será saudável) a que os bons e velhos amigos só o continuarão a ser se a evolução na sociedade portuguesa, for de acordo com os seus interesses. Vejo grandes dificuldades na execução de uma via para o socialismo neste país uma e outra, adequados à realidade portuguesa.

Mas é um momento histórico decisivo para de efectivamente se começar a construir e não poderemos perder este desafio. Isto não afecta o realismo necessário.

AUGUSTO DE CARVALHO — Antes de dar a palavra ao Rui Machete gostaria de fazer um sublinhado interrogativo nas palavras do Jorge Sampaio: quem detém as alavancas do poder económico neste país? Condições ou não estas alavancas a democracia política que se pretende construir? Será possível está sem aquela? Por que razão não pode actuar-se, num nível, em nível próximo uma política antineo-capitalista, com as Forças Armadas, metidas de lado de fora do processo, como aconteceu na Europa Ocidental?

RUI MACHETE — Antes de falar sobre os novos problemas que

põe na mesa, eu gostaria de referir, mais em particular, alguns dos aspectos que têm sido aqui tratados. O primeiro ponto diz respeito a uma observação que o Sottomayer Cardia fez e com o qual estou inteiramente de acordo: se as forças progressistas quiserem abandonar qualquer pretensão de despotismo iluminado e como lhes compete aceitando o jogo democrático, têm que fazer um grande esforço de democratização no período que lhes resta até às eleições no sentido de ficar evidenciado de uma forma cabal, que são efectivamente capazes de não só apresentarem propostas viáveis para a sociedade portuguesa, como ainda projectos que tenham a adesão da grande maioria do povo português. Não podem as forças que, neste momento se encontram representadas no Governo, caírem-se de tentar uma demonstração, mesmo numa situação que lhes é adversa do ponto vista económico. A verdade é que me parece extremamente importante que se atente na necessidade de demonstrar a capacidade real, efectiva não meramente ideológica ou verbalista das forças de esquerda de serem em execução em todos os seus aspectos, um projecto global da tal sociedade para Portugal. Por outro lado, o 28 de Setembro veio permitir uma clarificação da situação política de tal ordem que se torna possível já imediatamente ensaiar alguns esforços claros no sentido de delimitar os traços fundamentais desse projecto. Por outro lado, gostaria de voltar a insistir, num ponto que é técnico mas tem importantes consequências práticas. E que na democracia deverá aceitar-se uma perspectiva de compromisso e de relativismo que implique que as pessoas possam de uma maneira absoluta, por todos os meios, inclusive a violência, tentar impor os

seus pontos de vista custe o que custar custe a quem custar. Há que obter a realização desses objectivos essencialmente através de uma via persuasiva. É evidente que os problemas económicos, que não são apenas exclusivos de Portugal, ou exclusivos das mutações políticas que se estão a processar afectam a nossa economia já de si débil, vem dificultar esse efeito de demonstração, sobretudo no aspecto desenvolvimentista, se é nesta via que se encaminha, do ponto de vista económico o tal projecto que há pouco referi.

MILLER GUERRA — Eu vejo esta situação muito difícil de resolver porque estamos caídos num dilema. Das duas uma: ou se fazem as reformas e se preparam o povo português para exercer a democracia e então as eleições não se realizam em Março ou então as eleições realizam-se na data prevista e o resultado é quase infalivelmente uma vitória das direitas. Esta é a situação que eu vejo.

Dentro do quadro traçado e das circunstâncias habituais... claro que se perdeu muito tempo, as reformas não se fizeram não vamos agora verificar porque não se fizeram, quando deviam ter sido feitas. Quando se faz uma revolução é imediatamente a seguir à revolução que se fazem as reformas e não se espera como se tem esperado até agora, as resistências agora são maiores do que eram no princípio. O capitalismo e as forças burguesas queriam-se e não terem as mesmas facilidades, nem da imprensa, nem da Televisão que têm as forças que estão no Governo.

Não digo que isto seja ou não verdade. Mas, amanhã, na proximidade das eleições, quando se começar a jogar o jogo eleitoral naturalmente que eles não continuarão desta forma. A não estão as

minhas dívidas.

JORGE SAMPAIO — E como avança para isso?

MILLER GUERRA — Como avança?

JORGE SAMPAIO — Suponha que estava numa posição em que teria de decidir, como é que resolveria essa questão?

Equaciono os riscos, mas grande parte da solução não passa por nós. Há um programa, há uma data fixada, há digamos assim, um compromisso público no que respeita a essa data e há mais, há uma grande curiosidade internacional, com as intenções que sabemos.

Que faria para avançar neste contexto?

MILLER GUERRA — Peco desculpa, mas não era agora que me entregava a decisão. A decisão ser-me-ia entregue no princípio. Era logo, no princípio que se deviam ter executado as reformas. Não se devia ter demorado três semanas a preparar o primeiro Governo. Perdeu-se um tempo precioso. As revoluções ou fazem logo as reformas ou então as dificuldades aumentam à medida que o tempo passa.

JORGE SAMPAIO — Mas há uma certa margem de insegurança com que se defronta a democracia portuguesa, ao nível da sobrevivência económica. Julgo que, pelo menos, se não se controlam determinados sectores-base da vida económica do país, em boas para já bem delimitadas, é fatal, ou pelo menos terá uma grande possibilidade de verificação, que através de uma legitimação relativamente controlada da sociedade portuguesa tal como ela existe, (porque não pode ser de outra maneira), se pode assistir, através do jogo eleitoral, à recuperação daquilo que o 25 de Abril e os partidos de esquerda quiseram destruir.

O caso das direitas

RUI MACHETE — Penso que o Prof. Miller Guerra pôs, com a sua clareza habitual, um dilema que talvez tenha uma solução fora das alternativas que enunciou mas que todavia deve suscitar a nossa atenção. Começo por fazer duas observações: a primeira é que na verdade o MFA, no seu programa, disse de uma maneira muito clara que não queria, neste período providório, realizar reformas de fundo, só pretendia garantir as condições fundamentais para a estabilização de uma sociedade democrática; e isto que de um ponto de vista verbál, digamos assim, é perfeitamente coerente, analisado mas, quando começa a suscitar dificuldades. Por outro lado, é compreensível que um movimento que se realizou sendo por objectivo prioritário a resolução do problema da descolonização e o acabar com um regime incapaz de fazer face aos problemas fundamentais com que se debatia a sociedade portuguesa, tenha optado por vir a alcançar a legitimação da revolução que fez através de uma assembleia constituinte e não se considerando ele

próprio um intérprete da vontade do povo autorizado a realizar a reestruturação completa da sociedade portuguesa. Isto é claramente afirmado no Programa do MFA. Isto condiz necessariamente a limitações da capacidade revolucionária do 25 de Abril. Não foi algo, claramente contrário ao pensamento. Seria desvirtuar o sentido profundamente democrático do 25 de Abril. Por outro lado tem há um aspecto, a meu ver um dos característicos destas situações revolucionárias que é a primazia dos aspectos políticos sobre os aspectos económicos, isto é, não havido uma preocupação de dar problemas políticos com um rápido esquecimento dos problemas económicos, e mais, esquecimento da prioridade dos problemas económicos sobre os problemas políticos. Tem-se de algum modo, procurado de algumas dificuldades económicas arvorando até um optimismo económico que os factos a pouco a pouco, à medida que o tempo decorrendo, naturalmente se

Não se tomou conta do poder económico

MILLER GUERRA — O que se observa é a dissociação do poder político e do poder económico. O Governo e o 25 de Abril tomou conta do poder político, mas não tomou conta do poder económico. Nestas condições as reformas que interferiram a valer no poder económico, depuraram-se com obstáculos consideráveis; este parece-me ser o ponto fundamental. Poderá o poder político iniciar essas reformas e levá-las até às suas últimas consequências?

A verdade é que o poder económico, os centros de decisão, as relações nacionais e internacionais, os lugares da administração, a burocracia, tudo isto manteve, nas mesmas posturas, ou teve estas alterações: uma parte tem um poder de inércia considerável; outra um poder activo contrário à vontade do Governo e da democracia. Eu não sei se é possível, como disse há pouco, levar as reformas até às suas últimas consequências. Por outro lado, há outro problema que para mim é muitíssimo importante: estamos numa democracia participativa; é que chamem uma vez democracia vigiada, isto é, uma democracia garantida pelas Forças Armadas e pelos partidos que estão no Governo. Se estes apoios lhe faltam a democracia pericita. O que quer dizer que não não temos em Portugal o que é fundamental numa democracia, o consenso, isto é, o acordo da população ou de uma grande maioria da população sobre o regime político. As nossas directivas antidemocráticas. Não temos, já não digo um partido das direitas, mas pelo menos, um centro capaz de ser o intermediário entre os extremos e de garantir um jogo democrático normal, ou se temo.

receio que não desempenhe essas funções pelo menos a curto prazo.

Se isso não acontece, calmos fatalmente nos extremos. Aliás, é a que tem constituído o drama da História portuguesa, desde constitucionais, até à República, e quem sabe se o presente! Nestas condições vejo com apreensão a aproximação das eleições, porque não vejo que um partido destes esteja constituído ou melhor que se vá constituindo para amanhã desempenhar essa função essencial, jogar um jogo democrático sério, leal e capaz de servir os interesses da democracia. Aqui estão, portanto, as muitas dúvidas, uma de carácter social, outras de carácter meramente político, outras de carácter económico que fazem com que esteja um pouco apprehensivo a esse respeito. Apesar de tudo, estou persuadido que não pode deixar de haver eleições em Março; se assim não suceder, teríamos um governo autocrático o que não gostaria de ver a minha cabeça de vez.

GILBERTO RAMOS — Efectivamente o adiamento das eleições virá por problemas importantes e complicados embora se não veja pela mesma época que o Prof. Miller Guerra. Para que se possam realizar eleições em Março e para que elas não se transformem no funeral da democracia através de uma vitória das forças de direita antidemocráticas, é necessário, não porcos, neste momento, o problema das eleições como fundamental e equacionar como problemas fundamentais deve pois a luta contra a reacção, a luta contra o grande capital, a definição perfeita e correcta das avézes a tomar para que efectivamente não existam condições para preparar a sua derrota.

AUGUSTO DE CARVALHO — Parece-me que não jogo eleições vai mesmo acontecer algumas eleições em vez de unirem para a consolidação das liberdades democráticas.

GILBERTO RAMOS — É o mesmo — que se os partidos começarem desde já, devem preocupados com as eleições e preparar as suas posições no sentido, irão aceitar as divergências sua capacidade de trabalhar numa plataforma mínima de unidade em cada vez mais difícil. Se os partidos se despreocuparem para de um possível ganho ou perda votos, e tiverem como factor fundamental o trabalharem em unidade contra a reacção e os seus monopólios, poderão contar em unidade e estabelecer a sua eleitoral, num período mais efectivamente necessário para as populações mais preparadas possam escolher livremente e estes parece corresponder mais aos seus anseios e a sua maneira encarar a situação do país.

Sejam possíveis novas tentativas violentas da reacção para voltar ao poder. Que de uma forma efectiva concreta sejam tomadas as medidas que vão «quebrar os dentes» das grandes monopolios, que vão ser que continue a concentrar o poder económico na mão de um grupo reduzido de pessoas, se estão efectivamente ligados a formas mais reacçãoárias do poder. Nós vemos que não se estava reacçãoária de 27 de Setembro, abandonou o direito. Começar desde já a constituir as eleições consistirem em não começar a criar divisões e tensões entre os partidos ou as forças democráticas que, lançadas numa precoce campanha eleitoral,

A DEMOCRATIZAÇÃO DA BASE PASSA PELA ECONOMIA

Continuação pág. 18

podem quebrar uma unidade que, neste momento, é cada vez mais necessária. Ou as forças democráticas se conseguem unir na luta contra a reacção, na luta contra as forças económicas, ou desfazendo. Pois os factores de crise económica anteriores ao 25 de Abril, não-de-começar a tornar-se aparentes lá para o fim do ano. Por outro lado, o Prof. Miller Guerra faz considerações acerca da direita em as quais eu estou bastante de acordo. Do ponto de vista histórico, a direita em Portugal tem recusado sistematicamente o jogo democrático. Usa-se aqui que as eleições poderiam vir a favorecer a reacção, mas a verdade é que a reacção não tem esperado pelas eleições e as jogadas que por ela têm sido feitas têm sido pouco eleitorais, o que é indício de que a direita não confia demasiado nas eleições. Resta saber se até Março se formará ou se se confirmará a um partido, responsável do jogo democrático, representativo da direita. Não tem havido porventura o cuidado ou a preocupação de permitir o aparecimento ou o desenvolvimento desse partido da direita em termos perfeitamente válidos.

Eis não sei se não será um erro dos partidos da coligação, o de lutar contra a clara formação de um partido de direita que jogue claramente o jogo democrático. Suponho que tem havido por vezes um certo temor de que esse partido possa aparecer como uma força demasiado grande. Julgo que faria parte da clarificação do sistema político permitir o aparecimento de um partido da direita com as limitações que esse partido naturalmente iria ter em termos eleitorais, convencionado como estou que a direita

perdeu grande parte da sua credibilidade em Portugal.

O que é factível é que o recuar o aparecimento desse partido não dá hipóteses à direita senão a de eventualmente se lançar num jogo pouco democrático.

AUGUSTO DE CARVALHO — Como enquadra o CDS no que acaba de dizer?

RUI MACHETE — Julgo que o CDS poderia vir a desempenhar esse papel.

— Mas parece-me que não tem sido capaz de transpor com eficácia e de superar as condições adversas em que opera.

AUGUSTO DE CARVALHO — Essa intenção táctica de que fala foi-lhe criada pelos partidos da coligação? Ou ainda, são os partidos da coligação que impedem a direita de se organizar ou é a própria direita que se tem mostrado incapaz?

RUI MACHETE — Suponho que, fundamentalmente, pelas próprias pessoas que favorecem a reacção, pelos partidários da CDS que não estão ainda confiantes e por um espontaneísmo de alguns elementos das bases dos partidos.

RUI DE CARVALHO — Alargaria a coligação governamental à CDS?

RUI MACHETE — No actual momento político, parece-me errado alargar a coligação, isso enfraqueceria a eficácia operacional do Governo e obrigaria à formação de um novo Governo. O que eu disse é diferente. Considero necessária a existência de um partido da direita, a CDS ou outro, que possa enquadrar-se, correctamente, no jogo democrático. Sem ele, o quadro político português fica desequilibrado e a direita verá tentada a fazer golpes à margem

das regras democráticas estabelecidas.

MÁRIO CARDIA — Há no país uma fractura psicológica e uma fractura social e económica. Claro que a viabilidade de reformas pressupõe condições nos dois planos. A oportunidade psicológica, de algum modo se esbateu desde o 25 de Abril. Como muito bem disse o Prof. Miller Guerra as reformas deveriam ter sido realizadas imediatamente. Assim não sucedeu, mas hoje a necessidade económica de as concretizar torna-se mais premente. A crise do capitalismo moderno na Europa e a queda do fascismo precipitaram a crise do capitalismo especulativo em Portugal. Um exemplo é o que aconteceu, ontem, com o BIP. Não havia na realidade outra solução. Quer dizer que, mesmo independentemente da vontade política de realizar reformas, há necessidades de gestão. E aqui aponta-se não para uma gestão favorável à conservação da estrutura capitalista, que é demasiado débil, mas para uma gestão que gradualmente conduzirá a uma reorganização da economia portuguesa num sentido não capitalista.

AUGUSTO DE CARVALHO — Não capitalista ou neocapitalista?

MÁRIO CARDIA — Não capitalista. Essa transição corresponde provavelmente, pelo menos na Europa, a uma revolução sem paralelo. Teremos pois que ter o realismo de compreender que as formas políticas que essa transição vai implicar também não estão compreendidas nos tratados de ciências-políticas. Mas não deve inferir-se que não sejam enquadráveis no campo vasto que é a democracia pluralista, que, se não se confunde com o figurino autoritário, também não pode ser assimilável a deformações da democracia como acontece na Europa Ocidental hoje. É verdade que, de acordo com que disse o Prof. Miller Guerra, não temos hoje uma directiva democrática; a directiva está por hábito ou por necessidade voltada para soluções autoritárias. Contudo parece-me também que é exacta a observação feita pelo Prof. Miller Guerra, de que a democracia é vigiada pelas Forças Armadas, em consonância com as forças democráticas e a resistência popular. O MPA assegura o curso da experiência democrática.

Quanto ao facto de não haver em Portugal uma directiva democrática, não se pode imputar às forças do centro ou da esquerda qualquer responsabilidade. Retomando o caso, há pouco aludido, do CDS, todas as possibilidades de actuação e de organização lhe têm sido dadas, apesar da evidente origem caetanista.

Se não existe uma directiva democrática, não querêr dizer que na democracia portuguesa não tem viabilidade uma estratégia centrada, mas unicamente estratégias que apontem para soluções mais avançadas. Podemos estar habituados a que seja um certo centrismo que na Europa Ocidental se alicerça a democracia política. Mas isto não deve induzir-nos de pensar que em Portugal poderá não ser assim; que a democracia política, com o apoio do MFA, mas através do pluralismo partidário, poderá ser desenvolvida num estágio de evolução sócio-económica diverso daquele que se tem vivido pela Europa Ocidental.

JORGE SAMPAIO — Quando diz com o apoio do MFA está-se a referir ao período pré-eleitoral ou ao período pós-eleitoral?

O M. F. A. para além das eleições

MÁRIO CARDIA — Temos de reconhecer que a realidade política do MFA tem uma projecção que não pode desaparecer no momento eleitoral. Poder haver dificuldades em equacionar o problema. Mas não penso que devemos desistir de conceber um esquema constitucional em que entrem as Forças Armadas. O 25 de Abril foi uma revolução original: o referendo revolucionário que cumpre pôr em prática será uma via original; o modelo constitucional não pode escapar ao desafio da originalidade da revolução portuguesa.

Recordo uma declaração que há dias ouvi a Carlos Almirante. Os avanços da democracia no sentido da socialização exigem não apenas votos, e a acção das massas, mas também o apoio das armas. E em Portugal a garantia dessa possibilidade está na coesão e na coerência de Movimento das Forças Armadas, que tem sabido tomar uma exacta consciência do seu papel e da sua missão histórica.

AUGUSTO DE CARVALHO — Portanto, as Forças Armadas interviriam como garantes de uma ordem democrática mas também actuantes dentro dessa mesma ordem democrática...

MÁRIO CARDIA — Eu penso que sim, embora por deficiência da minha preparação de constitucionista, não tenha, neste momento, qualquer proposta a apresentar.

JORGE SAMPAIO — O problema é saber se o Movimento das Forças Armadas ou as Forças Armadas querido desempenhar esse papel. Mas vejo que para garantir a execução do seu programa seria inevitável assumir esse papel.

AUGUSTO DE CARVALHO — Então como se encaixaria o M. F. A. em todo este esquema?

GILBERTO RAMOS — Posso fazer duas observações: a primeira, é que é possível, pensando o esquema que o Sotomayor Cardia está a fazer, que as Forças Armadas funcionassem como uma força que se impusesse no poder económico o qual poderia desequilibrar a democracia no outro sentido. Segunda, é que do ponto de vista do

direito constitucional, no comentário feito há pouco pelo Jorge Sampaio, há uma contradição entre o haver um poder consistente que em princípio é livre de escolher os órgãos constitucionais, e o de impor a esse mesmo poder consistente uma restrição logo de início. O que é possível é propor ao poder constituído através das forças da Assembleia Constituinte que esse projecto venha a ser aceite pela Assembleia Constituinte.

AUGUSTO DE CARVALHO É claro que essa noção de direito constituído depende do substrato que a faz nascer.

GILBERTO RAMOS — Isso resulta, parece-me, do próprio Programa das Forças Armadas, que faz claramente num poder constituído. Esse poder constituinte, tal como é demandado pelo Programa do M.F.A., resulta da eleição dum Assembleia eleita pelo povo.

MÁRIO CARDIA — Há um outro aspecto que me parece que também condiciona a realização das reformas e o curso democrático. É o problema das relações entre os partidos políticos. Eu penso que o confronto de posições ideológicas entre partidos não tem qualquer inconveniente para a democracia. Pelo contrário: é uma forma de integrar as pessoas no respeito pelas regras da liberdade, de mostrar para o respeito mútuo cidadãos de posições ideológicas divergentes. Isso existe actualmente no Governo, e se existe no Governo também pode existir explicitamente no País. E não me parece que a tentativa de pressionar uma unidade sob coacção possa deixar de funcionar como uma agressão à sensibilidade do país. É indispensável conservar a serenidade, evitar agressões triunfalistas e reacções de pânico; o necessário é encontrar uma convergência de interesses entre os trabalhadores e a pequena burguesia numa acção eficaz contra o poder da grande burguesia. Sem acalma psicológica, não há reformismo revolucionário no plano económico-social.

Por outro lado, como muito bem disse o prof. Miller Guerra, não há

coincidência entre o poder político e económico. Mas a verdade é que os grupos dominantes têm vindo há custa de privilégios. Por isso, poderão perder rapidamente muita da sua importância e da sua força, se se adoptarem medidas não necessariamente relativas ao direito de propriedade, mas que suprimam esses privilégios. Em muitos casos o poder económico está muito mais ligado a privilégios outrora recebidos do Estado do que propriamente à capacidade de uma actuação coerente com o novo sistema capitalista. Na verdade, em Portugal, não havia iniciativas privadas, existia um regime de condicionamento. Muitos grupos económicos não assentavam o seu poder na capacidade tecnológica ou de gestão, mas no favoritismo político. A vida do reformismo revolucionário pode usar em boa parte ligada à recuperação dessas relações entre o velho poder económico e o novo poder político.

JORGE SAMPAIO — Tenho a impressão que chegou o momento de abandonar o problema das eleições, porque ele depende, no fundo, das circunstâncias internas e externas, da maleabilidade nacional em relação a qualquer delat e da decisão dos centros do Poder. Já focámos esses pontos. No fundo, existe, obviamente, uma preocupação com vários-cambiantes, certamente provenientes das nossas diferentes posições relativamente à manutenção e ao alargamento das conquistas do 25 de Abril. Se as eleições vierem na data aprazada, é um facto natural que verbem; já preciso que, nomeadamente em relação às classes mais desfavorecidas neste país, haja condições dum verdadeira participação e de discussão, de modo a que as eleições não sejam, a consolidação dum estrutura social e de classe que é a de 24 de Abril. Se não acontecer considero-o verdadeiramente uma catástrofe. Deixando agora esse ponto, queria focar algumas questões fundamentais (esses aqui a título individual...)

VOZES — Todos estamos a título individual.

Reformas de fundo estão a ser feitas

JORGE SAMPAIO — Estamos no momento das opções e mesmo para os partidos de centro-esquerda que (refreio-me involuntariamente) PFDA a quem a critic de 25 de Setembro trouxe curiosas e profundíssimas preocupações). Esperamos que os partidos se detinham em relação à sua responsabilidade histórica, nomeadamente aqueles que ocupam lugares-chave no contexto do poder. O Partido Socialista anunciou em comunicado, a esplanada de parte do seu programa político elaborado na clandestinidade. O Congresso do Partido Comunista aproxima-se, onde certamente se precisará algo no respeitante à luta que se trava entre classes de baixo. O MDP envidou num processo amplo de debate que culminará com as jornadas democráticas, donde certamente sairá uma visão sobre o seu papel no processo político português. Isso implicará clarezas indaiáveis. Julgo que ao nível nacional/internacional, é preciso fazer um inventário rigorosíssimo e público de quais são as condições da economia portuguesa, e quais são as possibilidades de auxílio externo e com que hipótese esse auxílio pode vir. Isto deve ser discutido longe dos segredos dos gabinetes, para que se possa falar de grandes jornadas de opções nacionais, e para que se possam necessários sacrifícios, como certamente o serão, se possa saber os seus motivos, e a sua razão de ser. Sacrificia a favor de quem?

Outra questão é que eu não considero o Programa do MFA um documento intável que impeça de fazer reformas de fundo. A reforma de fundo mais importante que está a ser feita é a de descolonização que pode alterar os dados da situação portuguesa a vários níveis. O enunciado do Programa do MFA demonstra que está bem de estar empenhadas na construção das garantias para o controle do processo político, segundo um pragmatismo que considero extremamente positivo e tem descolonização também, e é preciso que o acrescentem cada vez mais, uma atenção aos problemas fundamentais das classes trabalhadoras, isto é, daqueles que não têm benéfico de maneira nenhuma do processo político-económico. O que está em causa, é como esse poder vai garantir as conquistas do 25 de Abril, e como ele poderá concretamente ser aplicado em benefício das classes trabalhadoras e como é que ele deverá permanecer (as Forças Armadas cabe a resposta) para que este caminho que foi iniciado não seja truncado quer por dificuldades internas, quer por dificuldades externas, é que implica povinura novas opções.

A democratização para o ser real, sem que se prossam numa ampla discussão da base do topo, o que na realidade se não está a fazer. Não há uma luta democrática consequente que não seja também uma luta anticapitalista. Eu sei perfeitamente que não estamos em situação pré-revolucionária, em que a tomada de poder seja possível, mas estamos contudo numa

situação em que é possível fazer conquistas irreversíveis no caminho do socialismo. E porque estamos numa situação de transição corremos graves riscos de involução por não poder perder tudo. Por isso, é preciso também que tal não aconteça em virtude da nossa inação. Interpretar por isso o Programa do MFA em sentido não-dinâmico equivale à destruição desse mesmo programa. Se interpretarmos esse mesmo Programa no sentido da impossibilidade de quaisquer reformas que atemem a base social sobre a qual estamos efectivamente a destruir o Programa do MFA. A aplicação Progressiva do Programa do MFA passa pela emancipação das classes trabalhadoras e pela política anticapitalista que terá de ser, também, anticapitalista. Não se trata, apenas, de atacar 4 ou 5 monopólios. Mas trata-se saber nesta fase de transição, quais são as medidas irreversíveis (não apenas antimonopólio A ou antimonopólio B) que consistem para a grande massa dos trabalhadores portugueses dos sectores que há pouco identifiquei aquelas medidas que sejam irreversíveis.

GILBERTO RAMOS — Gostaria de dizer que neste momento há necessidade de determinar qual a unidade necessária e parece-me que essa unidade necessária é entre aqueles que efectivamente possam enquadrar-se numa actividade política popular, tendente a dar à grande maioria da população a possibilidade de terem um papel determinante nos acontecimentos do fim do mês passado. Tem salientar a necessidade de determinar efectivamente quais as forças políticas capazes de participar nesta unidade. Portanto, não é fazer uma unidade para meter à força políticas pré-estabelecidas, mas determinar qual o lugar em que nós devemos actuar, para dar expressão política, económica e social aos anseios das massas trabalhadoras e da pequena burguesia, que neste momento parece que têm possibilidades efectivas de aliança com as massas populares. Se neste trabalho de construção de unidade for necessário abandonar um sector que não consegue acompanhar a marcha, parece-me que é preferível abandoná-lo a estar a tentar o alargamento de unidade que acaba por não ter significado. Para satisfazer a todos, acaba por satisfazer nenhum.

AUGUSTO DE CARVALHO — Parece-lhe que se admitisse da coligação a direita viria enriquecer essa unidade? Mais concretamente, punhamos o caso do CDS...

MILLER GUERRA — Começo por dizer que não sei bem o que é o CDS. Por enqussado, apenas se tem manifestado por cartazes nas paredes em formato stitidamente maior do que os outros, e por um conjunto de pessoas que são os fundadores, do Partido e pouco mais. Parece-me que incluir numa coligação governamental um partido que ainda não mostrou

dinamismo, adeptos, nem audiência real no país, é, pelo menos, prematuro.

JORGE SAMPAIO — Eu só quero acrescentar isto: mas se a coligação tem sido tão algumas dificuldades, para não dizer muitas, no acordo quanto às medidas a tomar, atendendo ao xadrez que a compõe, como é que com a entrada do CDS, para além de outros aspectos que me parecem muito preocupantes, isso não viria a emperrar excessivamente o funcionamento da coligação. Nisso Senhor não valha...

AUGUSTO DE CARVALHO — Parece-lhe, por conseguinte, que não?

JORGE SAMPAIO — Por variados motivos. Aí, porque o Prof. Marcelo Caetano que está no Brasil, não gostaria de ver alguns dos seus acompanhados de 24 de Abril, agora metidos neste processo. Que desilusão que teria...
MÁRIO CARDIA — Naturalmente que a sua perspectiva de reformas como as que se

Evitar os formalismos democráticos

GILBERTO RAMOS — Eu julgo que qualquer abertura à direita só virá tornar mais difícil as tarefas já difíceis do MFA no capítulo do saneamento e da democratização e de combate contra o grande capital monopolista. Não vejo, neste momento, como importante, também o alargamento da coligação às forças democráticas de esquerda. O que acho fundamental é que se alargue cada vez mais e dentro do possível, a base de apoio ao governo. E para isso é necessário que o governo tome medidas de acordo com os desejos da grande massa da população. Estar ou não estar no governo, não é o fundamental, o que é necessário é dar-lhe apoio para que actue medidas de auxílio ao carácter popular.

JORGE SAMPAIO — Posso perguntar aqui ao Gilberto, qual é este conceito, o papel do MDP?

GILBERTO RAMOS — Eu penso que é ajudar trazer a população à política e a discussão dos problemas, para política e dar-lhe a possibilidade de participar na vida nacional, quer a nível local, quer a nível mais vasto. O que se irá concretizar no apoio ao Governo, desde que este, maneha o respeito pelo Programa do MFA. Temos de atentar, no entanto, que o processo democrático neste momento, tem que ter efectivamente um conteúdo de esquerda, porque, de contrário, será uma forma formalista de democracia, apenas utilizada para dominar a grande maioria da população, que será imediatamente substituída por uma forma de ditadura, na altura em que se verificar que essa forma democrática põe em perigo os grandes monopolistas.

MÁRIO CARDIA — A consolidação da democracia passa pela adopção de medidas de cunho socializante. A democracia política é um valor em si. A dívida está em saber se a democracia política portuguesa pode coexistir com a

impõem, não há dúvida que introduzir na coligação um partido como o CDS, até pelas razões apontadas pelo Jorge Sampaio seria um contrassenso e neste caso duplo. Mas pode haver outras situações que contribuíssem ao nível político-social para consolidar a democracia e contribuir para a aproximação à vitória de seriedade nacional.

AUGUSTO DE CARVALHO — Gostaria de perguntar, neste ponto, também o Rui Machete.

RUI MACHETE — Eu acho que o CDS devia, como qualquer partido que respeite as regras democráticas, desde que as respeite, ter um estatuto partidário dentro de uma posição perfeitamente definida e democrática. Quanto ao problema concreto que me põe, eu penso como já aqui me foi dito, que a democracia formalista é uma democracia política para a direita, mas criará maiores dificuldades para chegar a uma clarificação. Assim como naturalmente não contribuirá para essa clarificação, alargar para a esquerda.

oligarquia económica, importa que a defesa da democracia seja eficaz e realista e incida na neutralização das causas e não apenas na barganha dos eleitos.

MILLER GUERRA — Debatemo-nos aqui dois conceitos os formas de democracia: a democracia formalista; a democracia formal e que é uma grande conquista, se conseguimos manter a democracia de carácter formal. A democracia económica direi ser a meta final, mas não nos podemos esquecer da democracia que se põe depois, e além da democracia formal, e já é muito.

AUGUSTO DE CARVALHO — Gostaria de perguntar aqui, pegando nas palavras de Jorge Sampaio, se a grande maioria da população que é a desfavorecida, aproveita, realmente, alguma coisa com essa democracia de carácter formal?

MILLER GUERRA — Aproveita, pelo menos, a discussão e a expressão política. Aproveita, pelas menos poder fazer reivindicações, algumas das quais já são satisfeitas. Aproveita o espaço para praticar um jogo democrático que permite a propagação da democracia económica, e que leva à concretização das populações, no sentido da democracia económica e leva a evitar tudo que seja processos ditatoriais ou reaccionários.

GILBERTO RAMOS — Eu queria acrescentar que quem tiver contactos com as classes trabalhadoras, assim como, no tem a resposta. Apesar de insuficiente, a própria democracia formal é uma profunda transformação para as classes trabalhadoras em relação ao regime fascista em que viviam.

MÁRIO CARDIA — Por isso eu digo que, não é uma democracia formal, mas uma democracia política, embora de conteúdo social ainda impreciso. Creio até que se deveria dizer que a experiência em curso é de uma democracia real mas informal.

Marcelo Caetano faz no seu livro a defesa obstinada da sua política e dos seus colaboradores

TEM 248 PÁGINAS, está dividido em prólogo, 7 capítulos, epílogo e apêndice, o livro "O Meu Depoimento" publicado, no Brasil, pelo antigo Presidente do Conselho, prof. Marcelo Caetano.

A obra é dedicada "aos meus queridos amigos Joaquim Moreira da Silva Cunha e César Henrique Moreira Baptista" e "ao sr. general Alberto de Andrade e Silva, que em 25 de Abril de 1974 tinham a seu cargo o meu governo, as responsabilidades da defesa do Ultramar, da manutenção da ordem pública e da disciplina das forças armadas e que depois, amaldiçoados os terroristas, os criminosos comens e os desertores, ficaram sob prisão por terem servido o seu país"; e ainda "ao Francisco Ilmanno Alves, deportado do seu país por Cabo Verde durante 54 dias, por, na Acção Nacional Popular, ter procurado erguer uma barreira ideológica à expansão do comunismo em Portugal".

No prólogo do livro, Marcelo Caetano, depois de enclaxear que se trata de um depoimento com o qual não pretende "criar diálogos, agravar pessoas, aquilatar ódios, mas unicamente esclarecer propósitos, justificar orientações, rectificar versões de factos, em legítima defesa, própria e dos seus colaboradores", afirma que "as circunstâncias não permitem demorar a edição do livro" e escreve: "Estos certo de que os historiadores desapassionados do futuro não-de fazer justiça quer ao Acção do dr. Salazar, quer ao esforço que desenvolvei no governo. Mas seria imprudente da minha parte limitar-me a confiar no futuro e deixar que o vociferar do presente tolde e deforme a imagem do passado próximo. Tenho um

nome e uma obra a defender, uma obra a que se ligam muitos milhares de portugueses, e nessa defesa não deixarei de cumprir até ao fim o que considero de meu dever".

Numa introdução dedicada à explicação da sua inexistência como Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, depois de declarar que "quando, em Setembro de 68, se produziu o acidente que inutilizou o dr. Salazar se encontrava há 10 anos fora da vida pública, relata o convénio que lhe foi feito por Américo Tomás. E escreve a vida altera: Não ocultava a minha discordância de certas orientações governativas. E relativamente ao problema ultramarino, embora convencido de que o dr. Salazar agira como as circunstâncias exigiam, não sabia o que pensava o País. Se assumisse a chefia do Governo, procuraria que as eleições gerais a realizar em 1969 fossem o mais correntes possíveis para que, se as ganhasse, ganhasse bem. Seria a oportunidade de deixar a Nação exprimir o seu ponto de vista quanto ao Ultramar, se a votação fosse favorável à política de defesa que estava em curso muito bem... Se não...".

— Se não, as Forças Armadas, em entrevista, interrompeu o Presidente da República".

Para reforçar esta ideia, o antigo Presidente do Conselho escreve, mais adiante, uma conversa com o então ministro do Exército, brigadeiro Bettercourt Rodrigues: "Para responder ao seu convite (dê-me) preciso de saber qual o seu grau de resolução relativamente à defesa do Ultramar. Considero essencial casa defesa; as Forças Armadas tem-na como ponto de honra e estão dispostas a

sustentá-la. Não poderia colaborar com o governo que não seguisse intrinsecamente tal política.

— Senhor Ministro — redargui eu — neste momento a minha disposição é nesse sentido. Mas não posso tomar compromissos imutáveis. Até quando aguentará a Nação esse esforço? Pois defendamos o Ultramar enquanto poder ser...".

O Brigadeiro ficou de pensar. Disse-me depois que consentia em ficar".

O EXPRESSO tentou adquirir os direitos de reprodução de alguns capítulos de "O meu depoimento". Como isso não foi possível limitamo-nos a transcrever algumas curtas passagens do livro, tal como acima, já o firmaram certas agências noticiosas e diversos órgãos da imprensa brasileira. No próximo número publicaremos uma análise crítica da obra.

No capítulo dedicado à política interna é feita toda a descrição do processo que desde Setembro de 1968 se desenvolveu. Nesse capítulo são numerosas as referências a pessoas ou organizações, sempre acompanhadas de comentários.

"LUAR — Embora não ligados oficialmente ao partido mas trabalhando de mãos dadas com ele havia algumas organizações terroristas, como a ARA e a conhecida pela sigla LUAR (Liga da Unidade da Acção Revolucionária) que deu alguns golpes de mestre, nomeadamente o célebre assalto em Maio de 1967 à Agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz destinado a colher fundos para o financiamento das suas actividades".

"AS ELEIÇÕES DE 1969 — Especulou-se, depois, com a ele-

vada percentagem de abstenções. Mas essas abstenções foram apenas aparentes. A afluência às urnas foi enorme. Simplesmente o recenseamento estava mal feito. Em época de forte emigração, os nomes dos emigrantes continuavam nos cadernos eleitorais. Lá estavam também mortos e pessoas deslocadas de outro do país que não podiam votar. Em compensação recebi muitas reclamações de eleitores a queixar-se de não estarem inscritos, como julgavam, no recenseamento: as pessoas esqueciam-se de verificar na altura própria, apesar dos anúncios feitos segundo a lei, se a inscrição se mantinha e só à última hora deviam pela falta...".

As eleições de 1969 foram um tanto inconstantes para o governo e um desapatamento para as oposições.

"O governo, como eu deixara, ganhou — e ganhou bem."

"OS TECNOCRATAS E OS LIBERAIS". Mas a remodelação proporcionava-me o ensejo de fazer apelo a homens novos. E foi, nesta remodelação que entraram para o governo, como ministros, Baltazar Rebelo de Sousa, Rui Patrício, e Veiga Simão, e como Secretários de Estado João Salgueiro, Xavier Pintado, Rogério Martins, Vasco Leôncio Silva, Gonçalves Ferreira, Martins dos Santos, e até pela primeira vez, uma mulher, a Dra. Maria Teresa Lobo.

A imprensa chamou a este grupo jovem — de tecnocratas. Não o eram. Com excepção do prof. Gonçalves Ferreira que vinha de um socialismo generoso e humanitário, todos os outros eram da mesma proveniência dos deputados progressistas ou liberais: antigos elementos da Acção Ca-

Continuação pág. 1

perava. E essa tendência para aproximar o erro de actuação na legalidade a fim de ir fazendo aproximação socialista nas diversas modalidades foi-se acentuando com o tempo. As tentativas de trazer à associação a função de uma segunda força no regime, balizaram-se completamente."

"A FIDE/DGS — Quando me foi dada a conta do governo havia, porém, na metrópole, um mau ambiente ao redor da PIDE. O plano de actividade a que me dedicava até si e o meu afastamento da policia não me permitiram fazer de pessoas de confiança para ocupar as funções directivas deste importante serviço. Mas as relações tidas com o director que estava, um official de engenharia na reserva, o major Silva Pais, permitiram-me verificar tratar-se de um homem inteligente e equilibrado, perfeitamente consciente da importância do serviço que dirigia e aberto a uma colaboração sincera com o novo governo — o que não se verificava infelizmente, com todos os seus adjuntos. Disse-lhe logo de início que a PIDE tinha má fama e eu preciso evitar tudo quanto pudesse justificar tal reputação. Inejuncta que o exercício das atribuições que a lei lhe conferia interessava dentro da maior seriedade e legalidade. Isso não só porque a minha formação e

maneira de ser não permitiam outra attitude, mas até no próprio interesse da Policia que só ganhava em prestigiar-se pela correcção dos seus métodos.

O Major Silva Pais mostrou a sua concordância e atribuiu grande parte das acusações feitas à policia, ao ódio do Partido Comunista, explicável por se tratar de dois inimigos que há muito se combatiam. Das as calúnias que eram lançadas para desacreditar o seu serviço. Insistindo no meu ponto de vista, teve sempre o apoio do ministro do interior, o dr. António Raposo, homem agora tão mal apreciado, mas que encontrava constantemente interessado em manter a policia dentro da legalidade, não poupando determinações nesse sentido que pareciam, por vezes, ao organismo limitativas em excesso da sua acção e embaraçosas da effcacia do serviço que lhe estava cometido. (...)

Note-se, porém, que nunca se consentiram (nem consta de transgressão dessas ordens) perseguições ideológicas: não houve perseguições de pessoas pelo mero facto de professarem estas ou aquelas ideias. A intervenção da DGS operava-se em relação a factos, quer para os prevenir, quer para os reprimir."

"O ALMIRANTE AMÉRICO TOMAZ — Em Agosto de 1972 terminava o segundo mandato de 7

anos do Presidente da República Almirante Américo Tomaz. Desde o principio desse ano que o tema da eleição presidencial começou a aparecer nas conversas dos responsáveis politicos.

(...) Com certa surpresa minha, a maioria dos meus amigos, de Lisboa ou da provincia inclina-se para a não reeleição do Almirante Tomaz. Não lhe negavam qualidades nem serviços. Américo Tomaz era um homem intelligente e arguto, com larga experiencia politica, simpatico, cultivando numerosas amizades e procurando não quebrar contactos com pessoas que, por um ou outro motivo, estivessem descontentes com o governo. A sua bofidade, era proverbial e tinha naselleas delicadissimas de a manifestar. Reuniu, pois, um conjunto de qualidades, favoráveis ao exercicio das funções de chefe de Estado.

(...) O Presidente percorria incansavelmente o país, fazendo inaugurações, e recebendo homenagens durante as quais proferia certos discursos de improviso, adequados ás circumstancias e que a televisão transmittia. Os discursos muito correctos, não podiam manifestamente deixar de exprimir sempre os mesmos sentimentos de congratulação e agradecimento com alguns lagares consues. Todas as cidades e vilas já tinham pois recebido, mais de uma vez, a visita presidencial.

(...) A verdade é que ninguém, segundo parece, teve coragem para dizer ao Almirante o que me dizia a mim, ao passo que os seus amigos lhe manifestavam, como expressão de opinião unânime do país, o desejo de o ver continuar nas funções.

Quando, na altura oportuna, perguntei ao Almirante Tomaz se era sua intenção candidatar-se á reeleição, encontrei-o perfeitamente decidido. Sem a menor hesitação, respondeu-me que sim. Entendi de seu dizer persistir, pois de todo o lado lhe vinham solicitações nesse sentido.

Pedi-lhe então que me escrevesse uma carta a traduzir a sua resolução. Entendeu o pedido, pois nas eleições anteriores não lhe fora feito. Respondui que julgava muito importante a carta para que as pessoas soubessem que não lhe iamos impor, á beira dos 80 anos, um sacrificio que eu sabia ser muito grande.

Assiu, e escreveu a carta, li na reunião da Comissão Central da Acção Nacional Popular, onde eu sabia que alguns vogais se preparavam para exprimir em

público, as opiniões que me tinham dado particularmente. De facto, perante a leitura da carta, ninguém teve mais coragem para discutir a candidatura.

(...) A noticia de que a Acção Nacional Popular propunha a reeleição do Presidente Tomaz causou o desestouro da opposição, que desentendeu uma campanha de anedotas tendentes a depreciar a intelligéncia e a capacidade do candidato. Campanha injustissima, mas terrível! Porque os mais fiéis amigos do presidente não renúnciam a reproduzir as graças mais demolidoras, e os mais leais defensores do regime se compeizavam em rir com "a última" posta a correr."

FORÇAS ARMADAS — Começando por expor loazmente a estrutura da Defesa Nacional, reconhecendo que a Marinha conservou sempre uma posição autonómica, e que aos Comandantes-Chefes foi dado crescente poder de acção, desenvolveu, entre outros, um dos temas:

INSTRUÇÃO — O resultado era uma instrução deficiente. Não havia espirito de coope; os instrutores não acompanhavam os instruidos e ao formarem-se as companhias, os homens que tinham andado de Herodes para Pilatos, encontravam, pela primeira vez, os officiaes com quem deviam marchar para o Ultramar.

A instrução operacional na Metrópole era má. Resolveu-se, em Conselho Superior de Defesa Nacional, ministrá-la nas provincias de destino, no próprio ambiente em que os homens deviam actuar, mas isso só pôde ser parcialmente escutado na Guiné e em Angola.

Homens mal instruidos e mal esquadrados, portanto. A instrução era dada por officiaes milicianos inexperientes e por outros do quadro permanente vindos há pouco do Ultramar e que passavam alguns meses na Metrópole para ao Ultramar regressarem, causados e inativos por repouso total.

FADIGA DOS QUADROS PERMANENTES — Este era o grande problema: a fadiga dos quadros permanentes. Este sistema de cominações, cumpridas em mau clima, por vezes em zonas operacionalmente duras, fatalmente havia de ir desgastando física e psiquicamente os officiaes. E ao aperceberem-se da vida que iam ter, os jovens que poderiam acalentar vocação militar fugiam

da carreira: a Academia Militar nos últimos anos, apesar das vantagens dadas aos alunos, estava sem frequência que se visse nos cursos das chamadas armas gerais (Infantaria, Cavalaria e Artilharia).

OS MILICIANOS — O que sucedia, porém, era a inundação das unidades, todos os anos, por jovens que tinham terminado os seus cursos superiores ou os frequentavam, devendo notar-se que se permitia aos estudantes o adiamento da incorporação até aos 26 anos. Através d'essa constante injeção de universitários, as Forças Armadas recebiam a influencia das ideias que agitavam as gerações e circulavam nos corredores das escolas. E essas ideias, como já notei, eram de contacto da ordem social existente e da legitimidade da manutenção do Ultramar português. Nas salas de officiaes, onde é tradicional a conversa e discussão, os milicianos discutiam as doutrinas.

Debalde chamei a atenção, mais de uma vez, dos ministros e dos chefes militares para a necessidade de uma segura informação acerca do estado de espirito e das opiniões dos quadros e de se fazer a doutrinação destes. Nunca contaeui nem uma, nem outra.

... Por isso, o Governo chegou á undécima hora na ignorância de muita coisa, e a situação profunda no seio das forças armadas...

MARINHA — Em contacto frequente, com o estrangeiro, os officiaes da Armada começaram a ser sensíveis á argumentação com que por lá Portugal era atacado em razão da defesa do Ultramar. A literatura dos livros que liam corriam no peador socialista, fazendo reviver uma veia tendência esquerdista que datava dos últimos tempos da monarquia e fuzera com que a Marinha tivesse todo papel preponderante na proclamação da República e na politica dos primeiros tempos do novo regime. As camadas novas recebiam a influencia da onda geracional. Um dia descobriu-se que cada curso da Escola Naval se marinha organizado depois de sair da vida académica, numa espécie de célula maçónica, e que os vários cursos já se entendiam entre si. O que fora, ao principio, simples intenção de manter, pela vida fora, a amizade e solidariedade que ligava os estudantes dos mesmos anos, começou a converter-se numa organização em que se tratava de interesses profissionais e até de problemas politicos. A democracia e o socialismo ganhavam terreno. E á aversão á guerra do Ultramar também: aqui não tanto por

cansaço, mas por repugnância pela própria natureza da guerra.

GUINÉ — A energia e valentia pessoal do General Spínola haviam debilitado a covardia e mansidão o moral do Exército. No seio das Nações Unidas surgira a grande manobra da criação e do reconhecimento internacional do Estado-fantasma da Guiné-Bissau, sem Bissau e também sem Guiné-Bissau continuava segura e pacificamente portuguesa. E apesar de a propaganda inimiga se arrojar a posse de dois terços do território da Guiné, a verdade é que, em parte alguma dele, conseguiram estabelecer a capital do presunto Estado e, pelo contrário, centenas de jornalistas e turistas estrangeiros puderam pela mão dos portugueses percorrer toda a Província. O General Spínola, constantemente garantida ao governo o seu domínio da situação e as suas afirmações eram corroboradas nas visitas que altas autoridades militares e civis, sobretudo o Ministro do Ultramar, Prof. Silva Cunha, frequentemente fazia aos mais diversos pontos do território. Entretanto, à medida que o período, já prorrogado do governo do General, que acumulava o comando-chefe, e era forçado a sua substituição. No verão, convoquei, para o pavilhão anexo ao Palácio de Queluz onde trabalhava durante os meses de calor, uma reunião a que assistiram os Ministros da Defesa, do Ultramar, da Marinha e o General Costa Gomes, Chefe do Estado Maior General. E pus a este, que recentemente visitara a Guiné, inspecionara as tropas e acertara os dispositivos a adoptar, a seguinte questão:

— A Guiné é defendável e deve ser defendida? se sim, vamos escolher o melhor General disponível para a governar, vamos continuar a fazer esforço de lá manter os homens necessários e de

procurar dotá-los do material possível. Se não, prepararemos a retirada progressiva das tropas, para não prolongar um sacrifício inútil, designando um oficial-general possivelmente um brigadeiro, para liquidar a nossa presença. A resposta do general Costa Gomes foi categorica:

— No estado actual da Guiné é defensável e deve ser defendida.

Pergunte-lhe o que significava a expressão "no estado actual".

Resposta:

— Não havendo escolha de meios do inimigo, isto é, desde que não apareça aviação a jacto a bombardear-nos.

O CASO WIRIAMU — Foi em Abril de 1973 que pela primeira vez o Núcleo Apostólico me falou em que teria havido no Distrito de Tete atrocidades cometidas por tropas portuguesas.

O Núcleo, Mons. Sensi, tinha uma deplorável tendência para se imiscuir na politica interna portuguesa o que, na altura da revolução constitucional, em 1970, deu origem a um penoso incidente entre os dois. Tive de lhe dizer, nessa ocasião em que se permitiu fazer considerações sobre as alterações introduzidas na Constituição, que Portugal deixara há séculos de ser feudatário da Santa Sé e que nenhum governo português admitiria a um estrangeiro, fosse ele enviado do Papa, que viesse pronunciar-se sobre actos do foro da soberania nacional. Depois disso passou a ser mais prudente. Mas apertado por padres e frades, sobretudo missionários estrangeiros, não resistiu, de vez em quando, a tentar fazer censuras ou dar conselhos.

... Nas vésperas, porém, da minha visita oficial a Londres, onde em 16 de Julho de 1973 me dirigiu a convite do governo britânico no quadro das comemorações do 6.º centenário da Aliança Luso-Britânica, estalou es-

candalosamente no "Times" e noutros jornais estrangeiros o relato de massacres a que as tropas portuguesas se teriam entregues em Dezembro de 1972, na povoação do Wiriamu, perto de Tete — povoação que, procurada logo, não se encontrava nos mapas...

... Tratava-se de uma operação destinada a aliviar a cidade de Tete dos ataques feitos nos seus arredores para a isolar. Os guerrilheiros tinham-se infiltrado entre a população e daí certos incidentes depolarizáveis, mas que eram considerados pelos militares como resultantes de rancos normais da actividade operacional.

Sé posteriormente vim a apurar o que se passara em Chawola. Insisti com o Ministro da Defesa Nacional e do Exército para que fosse de Lisboa um inquiridor com poderes para imediatamente instaurar antes de corpo de delito contra os responsáveis; determinei que não fosse reconduzido o comandante-chefe de Moçambique, por que mesmo que não lhe coubesse responsabilidades directas, era quem deveria ter actuado imediatamente; exonerou-se o governador do Distrito de Tete mas, daí a tempos, o brigadeiro que seguira para fazer o inquérito regressou, com um relatório onde explicava a seu modo os acontecimentos e emitia a opinião de que não deviam ser levantados os autos de corpo de delito.

O DECRETO-LEI n.º 353/73, de 13 de Julho — Foi nessa altura que se recebeu uma exposição assinada por oficiais do quadro permanente do Exército em serviço na Guiné — subalternos, capitães e alguns maiores — a protestarem em termos vivos contra os decretos. Tratava-se de uma manifestação colectiva, punível nos termos do Regulamento de Disciplina Militar

Continua pág. 4

Continuação pag. 3

e significativa de um estado de espirito muito grave. Não tardou muito que apparecessem exposições analogas affirmadas por officiaes em serviço na Metrópole e em Angola. Estava desmoralizado o "Movimento dos Capitães" cujo protesto foi, assim, um problema de ordem profissional: o despegnio que para o Exército resultava de se poder ser official mediante o curso de um ano, e a questão dos assignamentos. Mas dado o mal estar existente nas Forças Armadas, qualquer protesto servia como detonador da explosão. Foi esse. Dentro em pouco eu sabia que o Movimento tinha o seu directório e aliceria os officiaes do quadro permanente, exigido o dia todão em pedido de demissão com a data em branco, que o directório apresentaria quando julgasse oportuno, caso não fossem satisfeitas as suas pretensões. O pedido em massa de demissão dos officiaes, obrigaria o governo a ordenar os e retirar-se. E corriam já milhares dos suggerimentos já reunidos quinhetos, setecentos, novecentos...

Não sei quantos realmente foram submittidos e se nas effras luctadas não haveria bluff. De qualquer modo a atmosfera desconfiava-se e tive claramente a noção de que mais dias se preparavam para o governo. Tanto mais que as adesões começavam também a vir da Marinha e da Força Aérea.

E logo que o Ministro Sá Viana regressou a Lisboa, convocou o Conselho Superior do Exército para esclarecer os generaes e os fazer conscientes de que o governo não revogaria os diplomatas sob coacção. No dia de uma reunião, o Chefe do Estado Maior General pediu-me para o receber com urgencia e marcou logo audiência para a tarde. De modo que o Gen. Coma Gomes leve de sair do Conselho para ir ao meu encontro.

O General disse-me que fora procurado por representantes do Movimento dos Capitães, os quais se lhe tinham queixado de não haver chefes no Exército que escutassem as suas aspirações, expondo-lhe a seguir as queixas existentes. Depois de ouvi-los, respondeu-me que tomaria del por diante a devida conta das razões e era para isso que me procurava.

Estranhei que o fizesse. As Forças Armadas só podem submittir quando respeitam a disciplina, e a attitude dos capitães, com a organização do seu Movimento e a apresentação das suas exposições, era claramente indisciplinada.

Qualquer facto desta attitude seria o desfazer irremediavel das estruturas militares: depon dos capitães, como se negaria legitimidade a um Movimento de saqueação ou a sovietes de soldados; ou um Governo consciente das suas responsabilidades não podia reconhecer movimentos assim, menos ainda dialogar com eles. Por fim, não tinha apego ao Prater, e se as Forças Armadas quizessem impor a sua vontade só tinham uma coisa a fazer: assenir o governo.

— Que não, atalhou o General, que não era isso o que se pretendia. Os officiaes apenas desajavam que lhes fosse feita justiça e de certo o governo não se recusaria a fazê-la...

Tive de explicar que uma coisa era justiça, outra, a maneira de a pedir. Se alguma solicitação autoridade competente, em boa e devida forma, a consideração de uma causa para se decidir como for justo, nunca se deve recuar audiência, ponderação e decisão. Assim procurei sempre proceder. Mas se um individuo ou uma classe não escuta a parol e aponta uma arma imponente — faça lá justiça como lhe quiserem! — está claro que só se o ameaçado for da

qualidade de ceder à intimidação poderá del resultar alguma coisa, e mesmo isso não vale, por ser esgotado pelo coacção.

Por fim não estava disposto a transigir em tais condições e preferia ser substituído no lugar que occupava.

A conversa tomou então novo rumo, porque o General insistiu em que não era seu propósito fazer-me sair do governo. Em que termos me dispôza então a tomar na devida conta as aspirações dos militares?

— Quando tiver a certeza de que está completamente restabelecida a disciplina, respondi. Nessa altura poderei debruçar-me outra vez sobre os assuntos que preocupam as Forças Armadas e ver se há algum fundamento válido nas pretensões formuladas. Importa que cesse todo o movimento reivindicatório, se dissolvam as organizações anti-disciplinares e que sobre esse apaziguamento decorra o tempo necessário para se ver que é real e que o governo tem os movimentos livres.

— Que tempo considera necessário a partir da cessação do movimento? — interrogou o General.

— Não preciso de muito, desde que me convencer da sinceridade do procedimento dos officiaes: quinze dias, três semanas... e sobre isto não se apressemos.

CRISE "MARCELLISTA" — Os primeiros rumos tomados que o General Spínola trabalhava na redacção de um livro sobre o problema do Ultramar português chegaram-me aos ouvidos ainda elle estava a governar a Guiné.

Os seus excelentes relações com o General, que se dizia abertamente "marcellista", até ao dia em que, em minha casa, decorreu uma conversa que iria influir nos nossos destinos.

A RUPTURA COM SPÍNOLA

— Passado tempo, Senghor começava a fazer saber ao General Spínola que gostaria de falar com elle. Ciente do facto, o governo autorizou o General a encontrar-se com o Presidente do Senegal, o que teve lugar numa povoação senegalesa, próxima das fronteiras portuguezas em meados de 1972. O General Spínola veio depois, com um salto, a Lisboa, dar conta do que se passara. Na entrevista surgiu a hipótese de um encontro Spínola/Amílcar Cabral para se negociar o fim das hostilidades do senado pelo qual se esperava que o PAIGC passaria a colaborar com os portuguezes no governo do território.

Observei ao General que por muito grande que fosse o seu prestigio na Guiné — e eu sabia que era enorme — ao sentir-se a monca das negociações com Amílcar Cabral, ele não teria na frente um bom chefe guerrilheiro, e sim um homem que representava todo o movimento anti-portuguez, apoiado pelas Nações Unidas, pela Organização da Unidade Africana, pela imprensa do mundo inteiro.

E foi aqui que, no decurso da conversa, fez a afirmação chocante para a sensibilidade do General, dizendo mais ou menos isto: — Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.

— Pois V. Ex. preferia uma derrota militar na Guiné? — exclamou succedalizado o General.

— Os officiaes fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forzoso que vençam. Se o exercito portuguez for derrotado na Guiné, depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, uma derrota deixar-nos-lhe intactas as possibilidades juridico-politicas de continuar a defender o resto de Ultramar. E o dever do governo é defender todo o Ultramar. É isto que eu quero dizer.

O General Spínola não se conformou com a decisão do governo e qual traduzia não só o meu ponto de vista, mas o de todas as pessoas consultadas (e foram bastantes) sem excepção. E regressou a Lisboa profundamente chocado a sem esconder a sua mágoa.

A POSSE — Surgiu, a seguir, a solução de criar o lugar de Vice-Chefe de Estado Maior General, com quadro estriala, para con-

fermos ser um militar disciplinado que não participara em conspirações nem dava golpes de estado. O general Costa Gomes disse-me que tivesse paciência, pois não haveria sacrifício senão continuar a fazer o trabalho de estar ao governo. Mas, já de noite, insisti as palavras eram muito ambíguas, mas do que não restava dúvida era de não ter mais condições de prosseguir com autoridade na política até à morte.

“O EXPRESSO” já então, graças sobretudo às largas transcrições feitas no armário EXPRESSO, que publicavam-se aos sábados, consagrara, largamente, o número do dia 23 à discussão das ideias do general Spínola, o livro deste se tornara conhecido na metrópole e no ultramar e produzira profunda impressão.”

“O PRIMEIRO PEDIDO DE DEMISSÃO — Inquiri sobre se teria havido audiência do presidente da república aos dois generais: não a tinham solicitado. Pedi então para ser recebido em Belém, o que sucedeu na manhã do dia 28.

Encontrei o Presidente Tomás, a quem o general Spínola oferecera pessoalmente o livro, emocionado como era natural. Narrei-lhe a entrevista que tivera com os dois generais e o conselho que lhes dera. A publicação do livro, ainda de onde viera, era grave em si; mas ainda se tornava mais grave pela ocasião em que ocorria, a dar uma doutrina e a emprestar uma bandeira ao chamado “Movimento das Capitais”, com o qual, respectivamente, o general afirmara que se não identificava. Eu sabia que os jovens oficiais estavam dispostos a solidarizar-se com os dois generais, se alguma sanção lhes fosse aplicada. A situação do governo, era, pois, delicadíssima, mas havia interesses muito altos a salvaguardar. Em meu entender, o chefe do estado deveria tentar manter a iniciativa, e, acatando a orientação do governo que ali lhe propunha, procurar formar outro

“O SEGUNDO PEDIDO DE DEMISSÃO — E se eu tinha projectado remodelar o sector económico do governo imediatamente após o carnaval, o incidente da publicação do livro do general Spínola levava-me a suspender a remodelação, mas desde que tinha de continuar à testa do governo não a devia prostrar mais. E expus as linhas gerais das alterações a fazer: separação das finanças e da economia por ter verificado ser na altura, carga demasiado para os ombros de um homem só, e desdobramento da pasta da economia em dois ministérios, um para a agricultura e o comércio, outro para a indústria e energia. Nestes ministérios eu teria de por pessoas muito experientes e profundamente conhecedoras dos sectores, porque as circunstâncias não permitiam perda de tempo e indecisões nas resoluções.

O senhor presidente da República parecia-me pouco bem disposto e fez reparar a todas as volições de orgânica e de pessoas que formulei, bem como às prioridades de actuação que indiquei. O meu estado de espírito, naquele período, não podia também ser dos melhores e, por isso, a nossa

conversa terminou num ambiente de certa tensão, como nunca sucedera durante os 5 anos e meio em que naquelas funções colaboráramos. Dal resultaram uma carta que no princípio da tarde enviou ao Almirante Tomás e uma conversa já quase à noite, em que eu, na qual o Chefe de Estado me referiu a sua confiança e me deu luz verde para proceder”.

“O PLANO” — No dia 12 de

Março, os ministros das pasta militares a quem expus o seguinte plano: o governo obteria da Assembleia Nacional a ratificação da política ultramarina e do Chefe de Estado a reafirmação da sua confiança; portanto, estava definido pelos órgãos constitucionais competentes o caminho a seguir por todos os portugueses e em especial pelas Forças Armadas, instituição que deviam ser de execução da política traçada pelos poderes constituídos. Deveria pedir-se, agora, ao chefe do Estado-Maior, General das Forças Armadas para vir, acompanhado pelo Vice-Chefe e por todos os oficiais generais em serviço na metrópole à presença do presidente do Conselho dizer apenas isto: que as Forças com maior liberdade de movimentos e que esconjurasse o perigo eminente.

O senhor presidente respondeu que a minha exposição não fazia sentido: o País mostrava confiança em mim, ele só tinha razões para a manter também.

Forças Armadas não tem política própria, por ser da sua natureza e da sua ética cumprir as directivas traçadas pelos poderes constituídos e que o país podia estar certo de que essas nunca se manteriam.

F feita esta declaração sobre o plano do general Costa Gomes, tendo ao lado o general Spínola, nada impediria que fossem mantidos os seus legatos.

“A RECLUSA — Os ministros constituintes concordaram e partiram dali para o gabinete da defesa nacional onde o respectivo ministro formalizou ao general Costa Gomes o convite no termo combinados. Com surpresa geral, o general recusou-se pura e simplesmente a fazer a declaração. Tenho informações seguras de que nesse encontro apenas falaram o ministro da defesa e o general Costa Gomes. Em vista da recusa, com o qual se solidarizaram o general Spínola e o contra-almirante Bagulho, foi convidado a falar, em nome dos

oficiais-generais, o chefe do estado-maior do exército, general Faiva Brandão, como mais antigo dos chefes do Estado Maior, que, prontamente, acatou. E a partir daí, a ideia não encontrou mais resistência.

No dia 13 recebi, sucessivamente, a pedido dos oficiais-generais Spínola e Costa Gomes, com ambos conversei longamente, ambos esclareceram as suas posições e a ambos tive ênfase de expor o meu pensamento, não lhes deixando dúvidas de que a sua não competência na audiência do dia seguinte implicaria a concessão dos cargos onde estavam, o que mostraram compreender com toda a cordura e separaram-nos nos melhores termos”.

A RECLUSA — (...) A esta doutrina aderindo, no dia 14 de Março de 1974, praticamente todos os oficiais-generais ao serviço, sem excepção a General Costa Gomes, que apenas tinha reticência em vir publicamente tomar um com-

promisso, em nome das Forças Armadas, sem as consultar, muito embora concordando em que o princípio fazia parte da ética militar (mas, argumentava, por isso mesmo, não era preciso reafirmá-lo), e o General Spínola, cuja ausência resultava da fidelidade que julgava dever ao seu chefe imediato.

O RESCALDO DAS CALDAS

— Como notei na reunião que tive com os membros do Governo no dia seguinte, a fim de dar balanço à situação, o conjunto de elementos positivos neste incidente fora apreciável. Só uma unidade militar se dera a rebelião e por intervenção de oficiais estrangeiros e prieto dos comandantes; todas as tropas haviam obedecido às ordens do governo, incluindo as dadas para atacar o quartel das Caldas, no caso de recusa de rendição; e o público tinha-se mantido sereno, sem quaisquer mostras de nervosismo e menos ainda de aplauso ao acto de rebelião.

Mas havia outros aspectos a considerar. Pensava o referido estado de espírito das Forças Armadas com a evidente disposição de muitos oficiais de evitar que prosseguisse a luta ao Ultramar. O episódio das Caldas não devia ser subestimado, porque decretou os oficiais que o provocaram, tentaram com apoio que a pronta reacção do governo no facto de ter havido precipitação levanta não tinham permitido actuar. Esses apoios não desmarcaram, procuraram fazer a “revolução do retorno” para salvar os camaradas que não podiam deixar de ser processados e naturalmente punidos por insubordinação.

...A revolução veio efectivamente de surpresa, e conduzida deusa vez com toda a eficiência, em 25 de Abril. Não me ocuparei aqui de que se passou nesse dia, em que o governo se sentiu desamparado pelas Forças Armadas e baço do regime da Constituição de 1976. Ainda não é oportuno faz-lo.